



Bibiana da Roza Caporal

**EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DO DESENVOLVIMENTO COMO
LIBERDADE NO MICROEMPREENDEDORISMO INDIVIDUAL**

Dissertação de Mestrado

Cruz Alta/RS, 2018.

Bibiana da Roza Caporal

**EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DO DESENVOLVIMENTO COMO
LIBERDADE NO MICROEMPREENDEDORISMO INDIVIDUAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Cláudia Maria Prudêncio de Mera

Cruz Alta/RS, Abril 2018.

Universidade de Cruz Alta
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Práticas Socioculturais e
Desenvolvimento Social

EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DO DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE NO MICROEMPREENDEDORISMO INDIVIDUAL

Elaborado por

Bibiana da Roza Caporal

Como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Práticas Socioculturais e
Desenvolvimento Social

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Claudia M. Prudêncio de Mera _____ UNICRUZ

Prof.^a Dra. Sirlei de Lourdes Lauxen _____ UNICRUZ

Prof. Dr. Gilnei Luiz de Moura _____ UFSM

Cruz Alta, 28 de abril de 2018.

AGRADECIMENTOS

A Deus e à N. Sra., pelas bênçãos concedidas;
à minha orientadora, Dra. Cláudia M. Prudêncio de Mera, pela paciência e otimismo;
aos professores do PPGPSDS, pelo conhecimento compartilhado;
aos secretários do PPG pela amizade e ajuda;
à família, pelos constantes incentivos, compreensão e apoio;
aos amigos, pelas palavras e gestos motivacionais;
e a todos aqueles que colaboraram para tornar este trabalho possível!

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.”

(Charles Chaplin)

RESUMO

EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DO DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE NO MICROEMPREENDEDORISMO INDIVIDUAL

Autor: Bibiana da Roza Caporal

Orientadora: Prof.^a Dra. Claudia Maria Prudêncio De Mera

O conceito de desenvolvimento vem sendo estudado e defendido por diversas vertentes. No entanto as discussões geralmente giram em torno da questão da renda *per capita*. Na concepção de Amartya Sen, economista indiano, o caminho para o desenvolvimento ocorre através de uma abordagem preocupada com o bem-estar e com as liberdades disponíveis aos indivíduos. Este estudo teve por objetivo analisar o microempreendedorismo individual sob a abordagem das liberdades individuais em Amartya Sen. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, tendo como recorte de pesquisa os MEIs do município de Cruz Alta/RS. Para captar tais evidências empíricas conforme proposto no objetivo do trabalho, utilizou-se de um estudo de campo no qual foram coletadas informações acerca da atividade microempreendedora por meio de entrevistas semiestruturadas. A análise dos resultados deste estudo revelou que as teorias de Sen são plenamente aplicáveis as questões do microempreendedorismo, mediante as falas dos entrevistados que confirmaram sua satisfação na atividade exercida e ao citarem fatores e fatos que comprovam o acesso a uma melhor qualidade de vida e do desenvolvimento individual dos MEIs.

Palavras-chave: Desenvolvimento como Liberdade. Microempreendedor Individual.

ABSTRACT

EMPIRICAL EVIDENCE OF DEVELOPMENT AS FREEDOM NO INDIVIDUAL MICROENTREPRENEURSHIP

Author: Bibiana da Roza Caporal

Advisor: Prof.^a Dra. Claudia Maria Prudêncio De Mera

The concept of development has been studied and defended by several aspects. However, the discussions generally revolve around the issue of per capita income. In the conception of Amartya Sen, an Indian economist, the path to development occurs through an approach concerned with the well-being and the freedoms available to individuals. The purpose of this study was to analyze individual micro-entrepreneurship under the individual freedoms approach in Amartya Sen. For this purpose, a qualitative research was carried out, with a descriptive nature, with the IMEs of the city of Cruz Alta/RS as a research cut. In order to capture such empirical evidence as proposed in the objective of the study, a field study was used in which information about microenterprise activity was collected through semi-structured interviews. The analysis of the results of this study revealed that Sen's theories are fully applicable to the issues of microentrepreneurship, through the statements of the interviewees who confirmed their satisfaction in the activity performed and citing factors and facts that demonstrate the access to a better quality of life and development of IMEs.

Keywords: Development as freedom. Individual microentrepreneurship.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução do número dos MEIs registrados em Cruz Alta/RS, período de 2009 a 2018.....	20
Quadro 2 - Artigos resultantes da pesquisa por palavra-chave na base Ebsco.....	22
Quadro 3 - Artigos selecionados ao final do processo de filtro.....	23
Quadro 4 - Síntese do perfil dos MEIs entrevistados.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCMEI	Certificado da Condição de Microempreendedor Individual
CNAE	Classificação Nacional de Atividade Econômica
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
GEM	<i>Global Entrepreneurship Monitor</i>
DAS ou DAS-MEI	Documento de Arrecadação do Simples Nacional
DAS-SIMEI	Declaração Anual do Simples Nacional do MEI
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
ISS	Imposto Sobre Serviços
MEI	Microempreendedor Individual
MEIs	Microempreendedores Individuais
ONU	Organização das Nações Unidas
PIS	Programa de Integração Social
RNE	Registro Nacional de Estrangeiros

SIMEI	Simple Nacional Microempreendedor Individual
RFB	Receita Federal do Brasil
RS	Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Objetivos	15
1.1.1 Objetivo geral.....	15
1.1.2 Objetivos específicos.....	15
1.2 Hipótese	15
1.3 Justificativa	16
1.4 Estrutura do projeto da dissertação	17
2 METODOLOGIA	18
2.1 Delineamento da pesquisa	18
2.2 Área de estudo e população	19
2.3 Procedimento de coleta de dados	21
2.3.1 Dados bibliográficos e secundários	21
2.3.2 Instrumentos de coleta de dados.....	24
2.4 Plano de análise dos dados	25
3 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE	26
3.1 Desenvolvimento: multiplicidade de conceitos	26
3.2 Amartya Sen: biografia e obras	28
3.3 Desenvolvimento e liberdade	29
3.3.1 Facilidades econômicas.....	32
4 O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI	37
4.1 Empreendedorismo e o empreendedor	37
4.2 A criação do microempreendedor individual	40
4.2.1 Formalização e benefícios.....	41
4.2.2 Previdência e benefícios.....	43
4.2.3 Pagamentos e obrigações legais	44
4.2.4 Cancelamento do MEI.....	45
4.2.5 Evolução do microempreendedorismo no país	46

4.3 Perfil do MEI a nível nacional	48
5 CARACTERIZAÇÃO DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS	51
5.1 Perfil dos entrevistados	51
5.2 O microempreendedorismo individual na percepção dos MEIs	53
5.3 Percepção sobre o apoio do governo na continuidade das atividades como MEI	57
5.3.1 A contribuição do MEI para o desenvolvimento do município na percepção	60
6 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE E O MICROEMPREENDEDORISMO INDIVIDUAL	63
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com as questões relacionadas ao desenvolvimento dos países, estados e cidades é uma inquietação que vem sendo discutida desde a época colonial marcada pelo mercantilismo. O conceito de desenvolvimento vem durante os séculos sendo estudado e defendido por diversas vertentes que buscam compreender e apresentar soluções para o desenvolvimento da sociedade.

Grande parte dessas discussões voltaram-se ao crescimento econômico como solução para o desenvolvimento, restringido a definição com índices relacionados a renda per capita da população. Contrastando as teorias econômicas, surge a discussão do economista e filósofo indiano Amartya Sen com sua teoria do Desenvolvimento como Liberdade, nome dado a uma de suas obras lançada em 1999. Seu conceito de desenvolvimento volta-se ao bem-estar da população, onde o desenvolvimento representa um processo de expansão das liberdades individuais disponíveis ao indivíduo.

Anteriormente a publicação de sua obra, Sen já havia demonstrado sua preocupação com o impacto das questões sociais no desenvolvimento, quando em 1990, juntamente com Mahbub ul Hag criaram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), reconhecido e utilizado anualmente pela ONU em seu Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Sen (2010, p.17) defende o desenvolvimento como um “processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”, afirmando que a liberdade não deve ser vista como um meio do desenvolvimento, mas o objetivo em si. Portanto, o desenvolvimento representa a superação das principais privações da liberdade, como a pobreza, a falta de oportunidades econômicas e sociais, a negligência dos serviços públicos e a interferência excessiva de Estados repressivos.

Ao encontro dessa discussão o século XXI vem sendo marcado pela valorização do bem-estar e da realização pessoal, prova disso que no ano de 2016 a pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor* GEM (2016) revelou que quatro a cada dez brasileiros estavam

envolvidos com um negócio próprio, buscando uma opção ao emprego formal. Inclusive a pesquisa GEM é um estudo realizado com empreendedores em mais de 64 países e no Brasil vem sendo realizado desde 2000, apontando dados importantes sobre o crescente número de empreendedores no país. Os resultados da GEM demonstram o grande interesse do brasileiro em ter o negócio próprio, apresentando uma taxa de empreendedorismo maior que a média mundial e ainda uma grande participação feminina e da população de menor renda (GEM, 2016).

No entanto no Brasil, segundo dados da pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2003) uma das maiores queixas dos empreendedores era quanto à burocracia para iniciar um negócio o que pode ter contribuído para que em 2003 existisse 10.335.962 negócios informais no país.

Essa pode ter sido uma das motivações que levou o governo a criar a figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI), pois conforme Chrispim e Pessoa (2013) com a Lei Complementar 128/2008, o Governo Federal ofereceu a simplificação para que empreendedores que atuavam sozinhos ou com até um colaborador tivessem acesso ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sem a necessidade de intermédio dos serviços de um contador além da isenção de tributos federais, tendo como obrigações apenas uma contribuição fixa mensal para a Previdência e ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) ou ao Imposto sobre Serviços (ISS).

No mercado brasileiro os pequenos negócios têm ganhado destaque nas discussões econômicas e sociais e a figura do empreendedor, nas micro e pequenas empresas, é reconhecido como criador de empregos, distribuidor de renda e gerador de desenvolvimento (SEBRAE, 2017). Porém, no campo científico ainda são poucas as investigações que tenham como foco o Microempreendedor Individual. Como contribuição, para o presente estudo encontrou-se em Chrispim e Pessoa (2013), um estudo que buscou avaliar se o marco regulatório para a formalização dos micro e pequenos empreendimentos no Brasil, especialmente a Lei Complementar nº 123/2006, contribuiu para a redução da informalidade, o estudo apresentou como resultado que a partir da implementação do MEI ocorreu um grau de efetividade, no sentido de que aumentou o número de agentes econômicos formalizados.

Outro estudo desenvolvido por Telles *et al* (2016), buscou a compreensão de fatores correlacionados com a decisão de microempreendedores tornarem-se formais ou manterem-se na informalidade de suas operações, como resultado o estudo apresentou que existem diferenças quanto a percepção daqueles indivíduos que estão formalizados e daqueles que continuam ou preferem atuar de maneira informal.

Para realizar a análise proposta no presente estudo é preciso ter uma referência que abranja a temática em sua amplitude, dessa forma, propõe utilizar como base a obra de Amartya Sen, *Desenvolvimento como Liberdade*, publicada em 1999. Em seu livro, Sen (2010) discute acerca do desenvolvimento humano e das liberdades dos indivíduos. Tal abordagem pode auxiliar na compreensão do microempreendedorismo no Brasil.

Esta proposta de dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta, propõe buscar responder o seguinte questionamento: Há evidências empíricas que aproximam a abordagem das liberdades individuais em Amartya Sen, com o microempreendedorismo individual?

1.1 Objetivos

Neste tópico são apresentados os objetivos, geral e específicos, propostos para buscar resposta ao problema de pesquisa do presente projeto.

1.1.1 Objetivo geral

Analisar o microempreendedorismo individual sob a abordagem das liberdades individuais em Amartya Sen, tendo como recorte de pesquisa os MEIs do município de Cruz Alta/RS.

1.1.2 Objetivos específicos

- Caracterizar o perfil dos Microempreendedores Individuais;
- Identificar a percepção que os MEIs, no município de Cruz Alta/RS, têm sobre a expansão de suas liberdades individuais a partir do cadastro como microempreendedor;
- Verificar se há evidências empíricas do Desenvolvimento como Liberdade no microempreendedorismo individual.

1.2 Hipótese

O microempreendedorismo individual apresenta evidências empíricas do Desenvolvimento como Liberdade, conforme abordagem de Amartya Sen.

1.3 Justificativa

A presente dissertação justifica-se por meio do grande número de Microempreendedores Individuais no Brasil, pois em menos de dez anos da criação do MEI o número de registros já alcançou mais de sete milhões de pessoas (Portal do Empreendedor, 2017). No entanto, apesar de ser um público relevante de indivíduos, ainda é um assunto pouco estudado, pois verificou-se por meio de pesquisa bibliográfica o restrito número de investigações acerca dos MEIs.

Conforme Sen (2010, p.21) “a contribuição do mecanismo de mercado para o crescimento econômico é obviamente importante”. O economista defende o acesso aos mecanismos do mercado e suas contribuições em Desenvolvimento como Liberdade ressaltam a importância da expansão das liberdades individuais e a eliminação das privações, para que o indivíduo possa exercer seu papel de agente.

Afirmarões que se relacionam com a perspectiva do MEI, indivíduo que trabalha por conta e busca no negócio próprio gerar melhores condições para si e sua família, conforme Sebrae (2017).

A escolha por desenvolver o projeto no município de Cruz Alta/RS está em sua formação essencialmente voltada à agricultura, porém apresentando mais de 2500 (dois mil e quinhentos) registros de MEIs no ano de 2016, no início da presente pesquisa. Devido à falta de dados recentes referentes ao número da população economicamente ativa, levantou-se o percentual representado pelos MEIs cadastrados em 2010 pelo número informado pelo Atlas, sendo que no final de 2010 constam cadastrados 283 MEIs, e pelo último censo constavam na população economicamente ativa de Cruz Alta/RS um total de 30.958 pessoas. Pode-se dizer que nessa data os MEIs já representavam 1% da população.

A presente dissertação foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação com característica interdisciplinar e social, dessa forma buscou-se a interação entre discussões teóricas de áreas distintas. Sem deixar de dar ênfase ao indivíduo como objeto principal, através da pesquisa de caráter qualitativo.

Em relação às motivações pessoais da pesquisadora, justifica-se a escolha do tema, devido a mesma possuir um registro como Microempreendedora Individual, o qual possibilitou a formalização de um negócio com baixos custos. E a escolha do Desenvolvimento como Liberdade, surgiu a partir de leituras realizadas durante o mestrado, que despertam o interesse pelo assunto e a percepção de uma relação existente.

Depois as justificativas que levaram à escolha do tema para o desenvolvimento deste estudo é apresentada a estrutura proposta no presente estudo.

1.4 Estrutura do projeto da dissertação

Visando o alinhamento da dissertação com os objetivos estipulados, o presente estudo está estruturado em sete capítulos. Neste primeiro capítulo introdutório foi apresentado o contexto da pesquisa, segmentado pelos subitens objetivos, hipóteses, justificativas e estrutura do projeto de dissertação.

No capítulo dois realiza-se uma explanação acerca da metodologia utilizada durante o desenvolvimento da pesquisa. Sendo um estudo qualitativo, no qual utilizou-se entrevista semiestruturada na coleta dos dados e o método de análise de conteúdo na análise final.

Os capítulos três e quatro apresentam conceitos norteadores da pesquisa, a qual tem por tema o desenvolvimento como liberdade a partir da abordagem de Amartya Sen e o microempreendedorismo individual através do levantamento de informações referentes a essa forma jurídica e os envolvidos nessa atividade.

Nos capítulos cinco e seis, descreve-se e analisa-se os dados colhidos na pesquisa de campo por meio das referências colhidas no levantamento bibliográfico, buscando atender aos objetivos e responder o problema de pesquisa. Por fim, o capítulo sete, realiza-se o fechamento do estudo com as considerações finais.

2 METODOLOGIA

Inicialmente, destaca-se que o projeto de pesquisa foi aprovado conforme parecer consubstanciado de Comissão de Ética em Pesquisa - CEP, CAAE: 65302117.3.0000.5322, submetido em 03/03/2017, Universidade de Cruz Alta, parecer número: 1.970.631, data da relatoria: 17/03/2017, conforme comprovante anexado neste trabalho. O título do projeto inicial e aprovado foi “O Empreendedorismo e o Desenvolvimento Socioeconômico: um estudo a partir das características socioeconômicas dos microempreendedores individuais no município de Cruz Alta/RS”. No entanto, conforme a pesquisa foi sendo realizada e por entender-se necessário, o título mudou para “Evidências empíricas do desenvolvimento como liberdade no microempreendedorismo individual”.

Neste capítulo, apresenta-se a metodologia utilizada no desenvolvimento da presente pesquisa: Seção 2.1 Delineamento da pesquisa; Seção 2.2 Área de estudo e população; Seção 2.3 Procedimento de coleta de dados, subdividida em 2.3.1 Dados bibliográficos e secundários e 2.3.2 Dados de campo; Seção 2.4 Plano de análise dos dados.

2.1 Delineamento da pesquisa

O presente estudo teve por objetivo analisar o microempreendedorismo individual sob a abordagem das liberdades individuais em Amartya Sen entre os indivíduos que possuem registro de MEI. Como recorte de pesquisa foi realizada entrevista semiestruturada junto a Microempreendedores Individuais do município de Cruz Alta/RS.

Por buscar uma compreensão mais detalhada, indo além da simples sucessão de acontecimentos, divergente das Ciências da Natureza, o presente estudo caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa, do campo das Ciências Humanas e Sociais. Abordagem que facilitou o desenvolvimento do estudo com o foco no sujeito (CHIZZOTTI, 2013).

Cada pesquisa social tem em si um objetivo. O objetivo metodológico do presente estudo caracterizou-se como descritivo, devido ao fato de buscar verificar as evidências do Desenvolvimento como Liberdade “na prática” e descrever as relações a partir do relato dos entrevistados. Definido por ter seu objetivo primordial “descobrir a existência de associações

entre variáveis” (GIL, 2008, p. 28), e prover o conhecimento sobre características e compreensões acerca de fatos de uma realidade.

Como estratégia de investigação, definiu-se a abordagem da pesquisa de campo, como método para buscar proximidade com o fato estudado. Para desenvolver uma investigação é necessário primeiro questionar, pois o questionamento é que possibilita a produção do conhecimento. “Assim, o trabalho de campo deve estar ligado a uma vontade e a uma identificação com o tema a ser estudado, permitindo uma melhor realização da pesquisa proposta” (MINAYO, 2012, p. 52).

Na percepção de Minayo (2012, p.53), é de extrema importância a relação entre o pesquisador e os sujeitos a serem pesquisados. A pesquisa de campo não se restringe ao levantamento e a discussão dos dados, representa apenas “uma das possíveis dimensões da ida ao campo, uma vez que as possibilidades e os limites das diversas realidades existentes no cotidiano social permitem ao pesquisador um infinito leque de procedimentos e descobertas”.

2.2 Área de estudo e população

Em relação à aplicação da pesquisa, definiu-se o município de Cruz Alta/RS como área de estudo para desenvolver o trabalho de campo, e os MEIs como população a ser investigada.

O município de Cruz Alta está localizado na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Região Sul do Brasil. Segundo o Censo Populacional do IBGE de 2010, a população de Cruz Alta estava em 62.821 (sessenta e duas mil e oitocentas e vinte e uma) pessoas, apontando um crescimento negativo se comparado ao ano de 2000, alcançando uma taxa média anual de -0,69% (zero inteiros e sessenta e nove décimos percentuais), enquanto a nível nacional houve um crescimento positivo de 1,17% (um inteiro e dezessete décimos percentuais) no mesmo período (IBGE, 2010).

Quanto aos indivíduos população da pesquisa, apresenta-se na sequência, no Quadro 1, o levantamento realizado junto ao Portal do Empreendedor (2018) referente ao total de empreendedores cadastrados no município de Cruz Alta/RS desde o primeiro ano de criação da Lei do MEI.

Quadro 1 – Evolução do número de MEIs registrados em Cruz Alta/RS, período de 2009 a 2018.

Mês/Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2009	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7	10	19
2010	30	38	75	100	119	135	159	190	212	254	274	283
2011	307	330	349	375	395	431	488	524	575	629	666	710
2012	751	809	873	918	972	1009	1054	1112	1147	1198	1225	1233
2013	1281	1303	1332	1308	1308	1335	1366	1416	1465	1507	1541	1546
2014	-	1627	-	1674	1703	1722	-	-	-	1861	-	1900
2015	1910	1926	1937	1978	2018	2032	-	2069	2088	2101	2115	2142
2016	2158	2173	2200	2202	2248	2291	2317	2348	2466	2500	2534	2549
2017	2583	2614	2634	2656	2675	2695	2732	2766	2787	2812	2846	2868
2018	2924	2351										

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Portal do Empreendedor, 2018.

Para o desenvolvimento deste estudo, foram realizadas entrevistas com 20 (vinte) microempreendedores individuais registrados no município de Cruz Alta/RS. Como critério de seleção dos entrevistados utilizou-se o método *snowball* “bola de neve”, visto que se pretendia realizar o estudo com MEIs e os dados apontavam uma população de mais de 2.700 (duas mil e setecentas) pessoas no período de início das entrevistas, o qual foi de agosto de 2017 a outubro de 2017. Como os indivíduos entrevistados foram àqueles localizados pelo pesquisador, a amostra caracterizou-se como não probabilística. Assim, “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo” (GIL, 2008, p. 94).

A técnica Bola de Neve representa uma amostra de caráter não probabilístico, utilizado em pesquisas sociais, como o caso do presente estudo:

Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o “ponto de saturação”). O “ponto de saturação” é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa (WHA, 1994). Portanto, a snowball (“Bola de Neve”) é uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede (BALDIN E MUNHOZ, 2011, p.4).

A seleção dos participantes da pesquisa de campo foi realizada da seguinte forma:

- a. Etapa 1: Contato com 5 (cinco) MEIs conhecidos da pesquisadora, para verificar a disponibilidade de participação no estudo;
- b. Etapa 2: Após entrevista com os cinco, solicitou-se aos próprios MEIs participantes a indicação de outros MEIs conhecidos deles que pudessem participar do estudo, baseando-se na técnica *snowball*, “Bola de Neve”, nessa etapa, foram conseguidos mais 10 (dez) contatos, dentre esses conseguiu-se mais 5 (cinco) indicações;
- c. Etapa 3: Após as 20 (vinte) entrevistas realizadas percebeu-se que as respostas estavam se repetindo, além da dificuldade de conseguir indicação, dessa forma foram encerradas as entrevistas.

Cabe salientar que antes de cada entrevista, foi realizada uma apresentação acerca da pesquisa, com esclarecimento sobre os objetivos do estudo e a entrega do Termo Livre Esclarecido e recolhimento da assinatura no termo de aceitação da participação, para que as entrevistas fossem gravadas e utilizadas no estudo. A duração das entrevistas variou entre 30 a 40 minutos, o período de pesquisa de campo foi de quatro meses, entre contato com os entrevistados, coleta das entrevistas e transcrição das mesmas.

2.3 Procedimento de coleta de dados

Este tópico trata dos instrumentos de coleta de dados utilizados no desenvolvimento da pesquisa. No item 2.3.1 consta o modelo utilizado para a definição dos dados bibliográficos e dados secundários. E o item 2.3.2, apresenta a forma como foram coletados e como foi realizada a análise de dados.

2.3.1 Dados bibliográficos e secundários

Buscando aprofundar-se sobre o tema realizou-se uma revisão da literatura estruturada, de caráter bibliométrico realizando o levantamento de referencial, verificando se existiam estudos relacionados e alinhados a presente pesquisa.

Dessa forma, pesquisou-se sobre estudos realizados nos últimos dez anos, 2008 a 2017. Como base de dados foi utilizada a base Ebsco, para realizar a coleta de estudos publicados, utilizando-se usuário e senha da própria pesquisadora e justificando sua utilização no presente projeto por ser a base disponibilizada pela Universidade de Cruz Alta aos alunos.

Como critério para busca dos artigos foram utilizadas as seguintes palavras-chave: Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento como Liberdade e Microempreendedor Individual, estando estas localizadas no título, no resumo e/ou nas palavras-chave. Após as buscas, obteve-se um grande número de artigos, o Quadro 2 apresenta o resultado inicial com o total de 452 artigos.

Quadro 2 – Artigos resultantes da pesquisa por palavra-chave na base Ebsco.

Período	Palavras-chave	Nº de artigos
2008 a	Desenvolvimento humano	443
	Desenvolvimento como liberdade	7
2017	Microempreendedor individual	2
Total		452

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Diante do grande número de artigos, tornou-se necessário um modelo de filtro que auxiliasse na seleção dos textos, objetivando apenas aqueles que trouxessem contribuições ao presente projeto. Encontrou-se em Battistussi, Antonelli, Bortoluzzi (2014) um modelo de filtro para seleção de artigos por meio de etapas que auxiliou no presente estudo. O filtro é realizado através da leitura e posterior exclusão dos artigos que não apresentam conformidade com o tema. O processo adaptado utilizado nessa pesquisa compreende 4 etapas: A etapa um iniciou-se pela busca de artigos resultantes das palavras-chave, com um total de 452 artigos. Para filtrar o volume total de artigos, realizou-se a etapa dois, na qual foram lidos os títulos dos 452 artigos, excluindo-se 436 artigos e restando, então, dezesseis artigos.

Na etapa três, foram lidos os resumos dos dezesseis artigos, excluindo-se doze artigos, restando, assim, quatro artigos. Por fim, na etapa quatro realizou-se a leitura completa dos quatro artigos, não havendo exclusão de nenhum, restando quatro artigos ao final do processo.

Os quatro artigos selecionados são os que apresentaram maior proximidade ao tema, contribuindo com pesquisas relacionadas ao assunto. Ressalta-se a falta de pesquisas na mesma temática, buscando investigar os microempreendedores individuais e/ou utilizando a abordagem das liberdades de Amartya Sen. A seguir, o Quadro 3 apresenta a relação dos artigos selecionados ao final do procedimento, servindo de fonte para conhecer as pesquisas já realizadas sobre a abordagem do Desenvolvimento como Liberdade, e sobre o microempreendedorismo individual.

Quadro 3 – Artigos selecionados ao final do processo de filtro.

Título	Objetivo	Principais resultados	Autor(es)/ano de publicação	Principais autores
A RAAM e o Banco Mundial nas políticas de desenvolvimento econômico como liberdade na Colômbia e no Brasil	Compreender qual o alcance do Banco Mundial, através da RAAM, sobre o papel do Estado na promoção do desenvolvimento, considerando desenvolvimento como liberdade pela teoria de Amartya Sen.	Sob a perspectiva de desenvolvimento enquanto liberdade proposta por Sen, pode-se concluir que a RAAM não garante a liberdade como meio no que se refere ao acesso à terra, e chegou em alguns casos a privar os indivíduos de outras liberdades.	Pereira, Fonseca, Soares (2016)	Pereira (2006, 2010, 2016) Sen (2000)
A efetividade da Lei Complementar nº 123/2006 para implementar a redução da informalidade	Avaliar se o marco regulatório para a formalização dos micro e pequenos empreendimentos no Brasil, especialmente a Lei Complementar nº 123/2006, sua contribuição para a redução da informalidade.	Verifica-se expressiva formalização de empreendimentos após o terceiro ano de sua edição, quando implementado o regime do microempreendedor individual pela Lei Complementar nº 128/08.	Chrispim e Pessoa (2013)	IBGE (2001, 2011) Constituição Brasileira
A Contraditória Relação entre Livre-Mercado e Desenvolvimento Humano: Possíveis Soluções a partir do Conceito de Capacidades em Amartya Sen	Investigar as contribuições do livre-mercado para o desenvolvimento a partir da abordagem de Amartya Sen.	O livre-mercado desempenha papel relevante no processo de desenvolvimento, haja vista que o mecanismo de mercado é relevante para gerar o crescimento econômico e o aumento da riqueza.	Pompeu e Melo (2016)	Sen (2010), Von Mises (2010)
Formalidade ou informalidade? Análise sobre os fatores presentes na decisão do microempreendedor brasileiro	Contribuir na compreensão de fatores intervenientes ou correlacionados com a decisão de microempreendedores tornarem-se formais ou manterem-se na informalidade de suas operações.	Algumas das características socioeconômicas dos microempreendedores demonstram correlação com a decisão pela formalidade ou pela informalidade.	Telles, Rocha, Siqueira, Hourneaux Jr. e Cardoso (2016)	GEM (2010) Portal do Empreendedor

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Conforme o Quadro 3, percebe-se que não há pesquisas que abordem a temática proposta no presente estudo, e além pouco se estuda sobre a abordagem de Amartya Sen buscando compreender a expansão das liberdades. Foram encontrados estudos durante a pesquisa que tratavam das diferentes formas de desenvolvimento, em diversos aspectos, mas apenas dois com o foco na discussão teórica de Desenvolvimento como Liberdade.

Outra fonte de dados bibliográficos e secundários foi o Portal do Empreendedor – MEI, site do governo disponibilizado para que o microempreendedor tenha acesso fácil a formalização e aos serviços necessários, com informações completas acerca do funcionamento e acesso a emissão das guias de contribuição mensal e diversos serviços. O site está disponível através do link <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/> e ainda oferece um banco de dados apresentando “os relatórios estatísticos que consideram todos os MEIs formalizados no Portal ou optantes do SIMEI”, informações apoiaram o desenvolvimento do presente estudo (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2017).

Além das informações disponíveis no Portal do Empreendedor, serviram como base as pesquisas acerca do Microempreendedor Individual realizadas e disponibilizadas no site do Sebrae. Esses estudos realizados pelo Sebrae oferecem informações importantes para o desenvolvimento de pesquisas acerca do MEI, pois trazem dados e informações sobre quem são os microempreendedores e suas atividades.

2.3.2 Instrumentos de coleta de dados

Como instrumento de pesquisa, utilizou-se a entrevista semiestruturada como principal meio para a coleta dos dados de campo, defendida por Marconi e Lakatos (2017, p. 215) como “uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal”. Afirmção essa que foi confirmada após a realização das entrevistas, na qual os MEIs em suas falas compartilharam contribuições espontâneas que enriqueceram a investigação.

As perguntas da pesquisa foram desenvolvidas seguindo uma sequência que levassem o entrevistado a refletir. E demonstrasse em suas falas sua concepção e compreensão acerca da atividade como MEI e os benefícios oportunizados. Objetivando que fosse identificado em suas falas respostas para o problema da presente pesquisa.

As entrevistas iniciaram no mês de outubro 2017 e findaram dezembro de 2017. Como apresentado anteriormente foram realizadas vinte entrevistas com microempreendedores

individuais registrados no município de Cruz Alta/RS. Como apoio para o registro das entrevistas foi utilizado um gravador, a fim de evitar a perda dos detalhes durante a conversa com o entrevistado.

2.4 Plano de análise dos dados

Após a coleta das entrevistas gravadas, obtidas por meio de entrevista semiestruturada, foi realizada transcrição dos relatos. Buscou-se transcrever as entrevistas em uma planilha agrupando em colunas as respostas da mesma pergunta e colocando os entrevistados em linhas visando facilitar a posterior análise.

Utilizou-se do método de análise de conteúdo como técnica para tratar as informações, conforme Chizzotti (2007) esse método é aplicado a qualquer análise de texto, inclusive comunicações orais, no caso, entrevista. E o objetivo da análise de conteúdo é a compreensão significativa, rica em detalhes.

Dessa forma, aplicou-se a análise de conteúdo buscando reduzir o volume de informações nas respostas, e encontrando semelhança entre os relatos dos entrevistados. Assim, compreendeu-se a percepção dos MEIs, e foi possível buscar atingir o objetivo encontrando evidências do Desenvolvimento como Liberdade no microempreendedorismo através dos relatos dos entrevistados.

3 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

Neste capítulo, são apresentadas as discussões propostas como norteadoras para a análise e solução do problema inicial do estudo, visando a compreender o microempreendedorismo individual dos MEIs e alcançar o objetivo da pesquisa.

Dessa forma, a estrutura do capítulo três está dividida em três seções. A seção 3.1 Desenvolvimento: multiplicidade de conceitos, trata da conceituação do termo. Na seção 3.2 Amartya Sen: biografia e obras, apresenta o autor e suas contribuições no campo acadêmico. Por fim, na seção 3.3 Desenvolvimento e liberdade, apresenta a síntese da obra de Sen (2010).

3.1 Desenvolvimento: multiplicidade de conceitos

As questões sobre desenvolvimento em sua grande parte são originárias dos grandes momentos de crise. Sendo o conceito mais primário de desenvolvimento relacionado a Era Mercantilista, que em sua essência voltava-se a política econômica e riqueza das colônias. A importância e a medida de desenvolvimento desse período baseavam-se na conquista de territórios e na extração e acumulação de metais preciosos. A preocupação comercial ocorria de forma unilateral e agressiva. Havia exploração das colônias sem preocupação com o desenvolvimento, pelo contrário, evitava-se que fosse criada qualquer forma de concorrência com a metrópole (SOUZA, 2005).

Como resposta a esse período, surgiu no século XVIII, a escola Fisiocrática na França, buscando combater o mercantilismo. Defendia-se o desenvolvimento por meio da liberdade do mercado, a chamada Laissez-faire (deixar fazer). Conforme Souza (2005) a agricultura era o centro das discussões, buscando aumentar a produtividade por meio da capitalização da agricultura e a redução de tributos sobre o setor agrícola. A riqueza vinha da natureza, lavoura, pesca e mineração.

Em 1776, surge a Escola Clássica, defendendo o liberalismo econômico. Tendo como principal teórico Adam Smith (1723-1790) com sua publicação *A Riqueza das Nações*. Para Smith o principal fator de desenvolvimento e riqueza era o trabalho produtivo, usando o termo “crescimento econômico”. Sua teoria do valor-trabalho deu ênfase ao papel da indústria no desenvolvimento, demonstrando os ganhos em escalas e rendimentos crescentes gerados pelo setor industrial.

Na abordagem clássica, surge o teórico Karl Marx (1818-1883) em oposição ao capitalismo. Defende que o trabalhador é explorado, análise feita a partir da teoria de valor-trabalho, pois o valor adicionado ao bem não é repassado ao trabalhador. Gerando acúmulo de riqueza aos proprietários. Por fim, para Marx os meios de produção deveriam ser de propriedade de todos para o interesse de todos.

O estudo teórico que trata do desenvolvimento e a sua interface com o indivíduo é associado à expressão desenvolvimento socioeconômico, por compreender as áreas sociais e econômicas da questão, porém voltadas a questões do crescimento econômico do mercado. A discussão que se busca no presente estudo está relacionada à expressão desenvolvimento humano, abordando as preocupações próprias do indivíduo.

Nessa linha insere-se a abordagem de Amartya Sen, economista e filósofo indiano. Sen (2010) apresenta uma abordagem distinta dos precursores economistas, sua perspectiva de desenvolvimento torna-se norteadora para este estudo justamente por sua singularidade.

O conceito de desenvolvimento apresentado por Sen (2010) exige uma reflexão além dos dados econômicos e além dos limites locais. Em sua proposta, o autor relaciona o desenvolvimento com as diferentes formas de liberdade, através das quais pode-se conseguir combater os grandes males que impedem o desenvolvimento.

Nessa perspectiva, o indivíduo tem papel fundamental, pois ele tem a condição de ser agente do seu próprio desenvolvimento, porém essa condição também é influenciada pelo meio em que está inserido, dependendo das oportunidades sociais, políticas e econômicas que dispõe. O ser agente representa a condição necessária para combater os problemas referentes à “pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas, fomes coletivas e fome crônica muito disseminadas, violação de liberdades políticas elementares e de liberdades formais básicas” (SEN, 2010, p. 9).

Para melhor compreensão de quem é Amartya Sen e sua caminhada no campo das investigações econômicas e sociais, elaborou-se um subcapítulo que apresenta sinteticamente

a vida e obras de Sen. E na sequência um subcapítulo exclusivo acerca da discussão do Desenvolvimento como Liberdade, defendido por Sen (2010).

3.2 Amartya Sen: biografia e obras

Amartya Kumar Sen nasceu em Shantiniketan (Bengala Ocidental) na Índia, em 1933. Época em que a Índia estava sob tensões entre os grupos hindus e muçulmanos, conforme o mesmo relata em *Desenvolvimento como Liberdade* (2000). Sen presenciou, desde cedo, as grandes diferenças econômicas e as dificuldades sofridas por um grande número de pessoas. Apesar, de não passar privações, pois era filho e neto de professores universitários, sempre soube respeitar às diferenças.

Devido as suas experiências, Sen despertou interesse pelas discussões acerca da economia e da filosofia. Na sua percepção problemas como a pobreza e a fome são privações de liberdades substanciais que o indivíduo tem direito. As questões econômicas podem ser resolvidas no momento em que as pessoas tiverem suas liberdades expandidas (SEN, 2010).

O economista tornou-se referência na área por suas contribuições no âmbito social, sendo um dos criadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), utilizado desde 1993 pela Organização das Nações Unidas (ONU) como índice de desenvolvimento.

E por defender fortemente que o conceito de desenvolvimento deve abranger de forma integrada as áreas econômicas, políticas e sociais. Suas obras apresentam profundas discussões acerca da pobreza, da fome, da justiça, da desigualdade social, da ética e do desenvolvimento, contribuições pelas quais, no ano de 1998, recebeu o Prêmio Nobel de Economia (MARQUES, 2010).

Suas obras destaques são *Pobreza e Fomes*, publicado em 1981, no qual buscou demonstrar que a fome em massa que atinge certos países não é resultado da falta de alimento, mas da baixa renda dos indivíduos, que passam a não poder pagar pelo valor dos alimentos. Em outro livro, *Desigualdade Reexaminada*, publicado em 1992, Sen realiza uma análise da estrutura social, confrontando o conceito de igualdade. Em 1999, Sen publica sua obra *Desenvolvimento como Liberdade*, fazendo uma reflexão sobre o conceito de desenvolvimento e como ele pode ser o processo de liberdade para os indivíduos. Para Sen (2010), as liberdades individuais devem se tornar um compromisso social, sendo o principal fim do desenvolvimento.

3.3 Desenvolvimento e liberdade

Diversos são os problemas que impedem o desenvolvimento, conforme Sen (2010) o processo de desenvolvimento tem como objetivo central superar as diferentes formas de privação que existem no mundo. Para Sen (2010, p. 9), existem “problemas novos convivendo com antigos”. Como exemplo cita “a persistência da pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas, fomes coletivas e fome crônica muito disseminada”, inclui a “violação de liberdades políticas elementares e de liberdades formais básicas”, a “ampla negligência diante dos interesses e da condição de agente das mulheres” e levanta as questões ambientais, como “as ameaças cada vez mais graves ao nosso meio ambiente e à sustentabilidade de nossa vida econômica e social”.

Para Sen (2010, p. 17) essas privações, podem ser identificadas nos diversos países, sejam países ricos ou países pobres, seu objetivo foi demonstrar que o desenvolvimento deve ser visto como “processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. Para o autor, outras visões tratam a questão do desenvolvimento de forma restrita ao relacionar com o crescimento econômico. O crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) e as rendas individuais são importantes, porém não suficientes para mensurar o significado do desenvolvimento, e expandir as liberdades dos indivíduos.

Conforme Sen (2010, p. 17), se a “liberdade é o que o desenvolvimento promove” deve ser dar atenção a esse conceito abrangente, e ao concentrar-se nessa afirmação de que o desenvolvimento expande as liberdades individuais o foco está no fim e não em apenas um dos meios do desenvolvimento. Sen exemplifica diversas situações que limitam o desenvolvimento, pois são situações que privam os indivíduos de exercerem suas liberdades:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. Apesar de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas – talvez até mesmo à maioria. Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade (SEN, 2010, p. 18).

Pinheiro (2012) resume as intenções de Amartya Sen, demonstrando com clareza que o autor não buscava limitar seu conceito de desenvolvimento, apresentando uma grande reflexão sobre o todo, inclusive na utilização do termo, o qual é totalmente dependente do contexto e aplicação. E segue:

Para o autor aqui estudado, um país é tanto mais desenvolvido quanto mais se promove a expansão do horizonte de liberdade dos seus cidadãos, o que significa que eles têm capacidades crescentes de ser e de fazer aquilo que valorizam e que têm razões para valorizar. Em vez de focar os meios de que as pessoas se utilizam para obterem o estilo de vida que desejam – sendo a renda o principal desses meios – a análise de Sen volta-se para aquilo que o autor, justificadamente, considera os fins do processo de desenvolvimento, ou seja, as próprias pessoas (PINHEIRO, 2012, p. 9).

Como exemplo para distinguir que apenas a renda não pode ser considerada ao determinar se um local ou país é desenvolvido, Sen (2010, p. 20) relata que:

Por exemplo, os cidadãos do Gabão, África do Sul, Namíbia ou Brasil podem ser muito mais ricos em termos de PNB per capita do que os de Sri Lanka, China ou do Estado de Kerala, na Índia, mas neste segundo grupo de países as pessoas têm expectativas de vida substancialmente mais elevadas do que no primeiro.

E ainda, traz outro exemplo:

Com um tipo diferente de exemplo, é comum o argumento de que, nos Estados Unidos, os afro-americanos são relativamente pobres em comparação com os americanos brancos, porém são muito mais ricos do que os habitantes do Terceiro Mundo. No entanto, é importante reconhecer que os afro-americanos têm uma chance absolutamente menor de chegar à idade madura do que as pessoas que vivem em muitas sociedades do Terceiro Mundo, como China, Sri Lanka ou partes da Índia (com diferentes sistemas de saúde, educação e relações comunitárias) (SEN, 2010, p. 20).

Diante dos exemplos de Sen (2010, p. 18) descreve duas razões pelas quais considera a liberdade essencial para o processo desenvolvimento:

- 1) A razão avaliatória: a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas.
- 2) A razão da eficácia: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas.

Sendo assim, a razão avaliatória depende da verificação da expansão das liberdades, e redução das privações conforme já citado. E a razão da eficácia, refere-se à relação entre as diversas liberdades, objetivando que o indivíduo possa desempenhar plenamente seu papel de agente. A abordagem do Desenvolvimento como Liberdade revela que há uma ligação de

dependência entre a liberdade individual e o desenvolvimento social, pois o que as pessoas conseguem “positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e condições habilitadoras” (SEN, 2010, p. 19)

Conforme Pinheiro (2012) o reconhecimento da condição do indivíduo como agente nesse contexto, é essencial para enfrentar as privações.

Fala-se de liberdades (no plural), com referência aos diversos objetos e estados específicos ao alcance das pessoas. Assim, pode-se falar da “liberdade de adquirir bens/serviços”, “liberdade de ser saudável”, “liberdade de não ser sujeito à morte prematura” etc. (PINHEIRO, 2012, p. 13).

Para melhor explicar sua abordagem Sen (2010, p. 25) detalha que em seu estudo são apresentados cinco tipos distintos de liberdade, sendo eles: “(1) liberdades políticas, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparência e (5) segurança protetora”. Por meio de cada um desses tipos de direitos e oportunidades o indivíduo promove suas capacidades gerais.

Para melhor compreensão, descreve-se brevemente cada uma das liberdades citadas:

1) Liberdades políticas: estão relacionadas ao acesso a participação política, como o direito ao voto, possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade de expressão, e acesso a democracia no sentido abrangente;

2) Facilidade econômicas: estão relacionadas a oportunidade de participar do mecanismo de mercado, desenvolvendo atividades de consumo, produção ou troca. O desenvolvimento econômico individual dependerá dos recursos disponíveis pelo indivíduo, e de sua capacidade de troca através dos preços e do funcionamento do mercado.

3) Oportunidades sociais: estão relacionadas ao acesso as disposições de serviços sociais, como educação e saúde. Condições primordiais para a vida privada, mas também para o bem-estar geral.

4) Garantias de transparência: estão relacionadas a interação social, na qual o indivíduo pode confiar em outro. Condição em que a pessoa tem a liberdade de relacionar-se com a garantia de não haver segredos.

5) Segurança protetora: estão relacionadas as garantias de que existe uma segurança social, na qual a população sabe que não será privada a assistência básica em casos de calamidade geral.

As relações entre as diferentes liberdades fortalecem umas às outras, promovendo o desenvolvimento. Conforme Sen (2010, p. 26) cita:

Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais.

Para Sen (2010, p. 26), os indivíduos possuindo adequadas oportunidades sociais, têm suas liberdades expandidas e “podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos, sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento”.

No Desenvolvimento como Liberdade as liberdades são consideradas direitos básicos dos indivíduos e assim, objetiva-se a expansão das capacidades para que cada pessoa leve sua vida da forma que valoriza. Dessa forma, o indivíduo que aumenta suas capacidades proporciona melhores condições para cuidar de si mesmo e de influenciar o mundo.

Conforme Sen (2010, p. 31), essa fase introdutória deve ter deixado claro que a “visão da liberdade aqui adotada envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm dadas as circunstâncias pessoais e sociais”. Sendo assim, há duas formas de privação da liberdade, uma vem dos processos (violação dos direitos políticos ou civis) a outra vem das oportunidades (ausência de oportunidades básicas, como fome involuntária, acesso a saúde que gera morte prematura).

Diante da ampla abordagem de Amartya Sen, se fez necessário limitar a discussão e afunilar ao tema do presente estudo, detalhando a explanação acerca da liberdade de acesso as facilidades econômicas.

3.3.1 Facilidades econômicas

A contribuição do mercado para o crescimento econômico e para o progresso tem sido amplamente abordada na literatura contemporânea acerca do desenvolvimento. Sen (2010) afirma que conforme Adam Smith observou a liberdade de compra e troca representa em si mesma uma parte essencial das liberdades básicas, as quais todo indivíduo tem direito e razão para valorizar.

Sen (2010, p. 135), inicia seu capítulo “Mercados, Estado e oportunidade social” com a frase de T.H.Huxley que diz “É o destino habitual das novas verdades começarem como heresias e terminarem como superstições”. Introduzindo a questão de que mudou-se a percepção acerca do mercado e que a grande rejeição abriu espaço para a aceitação e

veneração ao livre acesso ao mercado. Mas ressalva, a necessidade de evitar os erros do passado e verificar com detalhes o que é positivo e o que é negativo na nova situação.

Sen (2010, p. 21), afirma que “ser genericamente contra os mercados seria quase tão estapafúrdio quanto ser genericamente contra a conversa entre as pessoas”. Não há a necessidade de justificar os benefícios da liberdade de trocar palavras, bens ou presentes, pois tais trocas estão incluídas no modo de viver e interagir dos seres humanos. A liberdade de troca deve ser reconhecida para que assim seja possível verificar as contribuições do livre acesso ao mercado para o crescimento econômico, assim “a liberdade de participar do intercâmbio econômico tem um papel básico na vida social”.

O autor ressalta um exemplo vivido em sua infância, situação em que a falta de liberdade econômica violou outras liberdades de um indivíduo:

Certa tarde, estava brincando no jardim de minha casa na cidade de Dhaka, hoje capital de Bangladesh, quando um homem entrou pelo portão gritando desesperadamente e sangrando muito. Fora esfaqueado nas costas. Era a época em que hindus e muçulmanos matavam-se nos conflitos grupais que precederam a independência e a divisão da Índia e Paquistão. Kader Mia, o homem esfaqueado, era um trabalhador diarista muçulmano que viera fazer um serviço em uma casa vizinha – por pagamento ínfimo – e fora esfaqueado na rua por alguns desordeiros da comunidade hindu majoritária naquela região. Enquanto eu lhe dava água e ao mesmo tempo gritava pedindo ajuda aos adultos da casa – e momentos depois enquanto meu pai o levava às pressas para o hospital -, Kader Mia não parava de nos contar que sua esposa lhe dissera para não entrar em uma área hostil naquela época tão conturbada. Mas Kader Mia precisava sair em busca de trabalho e um pouco de dinheiro porque sua família não tinha o que comer. A penalidade por essa privação de liberdade econômica acabou sendo a morte, que ocorreu mais tarde no hospital (SEN, 2010, p. 22).

Nesse trecho apresentado o economista reflete como os indivíduos privados da liberdade econômica podem tornarem-se “presas” de outras privações nos diferentes tipos de liberdades. Pois, no caso de Kader Mia, sua privação a um emprego ou renda digno o colocou em riscos, inclusive o privando da liberdade de viver.

Como já citado, o reconhecimento da liberdade de troca no mercado tende a ser um “grande motor para o crescimento econômico”, no entanto ainda existem críticos que continuam a lutar contra, alguns chegam a defender sistemas políticos mais autoritários, afirmando que a privação dos direitos políticos e civis beneficiam o desenvolvimento econômico. No entanto, as evidências empíricas demonstram que o crescimento econômico está mais relacionado a um “clima econômico mais propício do que a um sistema político mais rígido” (SEN, 2010, p. 30).

Para Sen (2010), o funcionamento da democracia e a liberdade aos direitos políticos e civis pode até mesmo contribuir na eliminação de privações e impedir a ocorrência de situação de fome coletiva e outros problemas econômicos. Cita ainda que governos autoritários tendem a não terem motivos de preocuparem-se com essas situações e motivações para resolverem. Ao contrário dos governos democráticos que necessitam resolver tais questões, pois dependem de eleições públicas.

Com frequência as privações são tratadas como problemas sem relevância, buscando parecer que essas privações não são tão graves, como exemplo Sen (2010, p.35) relata que na Europa o “sistema europeu de seguridade social (incluindo o seguro-desemprego) tende a compensar a perda de renda dos desempregados”. No entanto, essa situação não é restrita a questão da renda, que é estancada com a transferência realizada pelo Estado, trata-se de uma situação que afeta as liberdades do indivíduo. As consequências abrangem a exclusão social, perda da autonomia, autoconfiança abalada, além de problemas de saúde física e psicológica.

A relação do mercado com a liberdade corresponde a duas questões principais, a primeira, de que negar ao indivíduo de participar das atividades do mercado trata-se de uma privação de liberdade, pois é seu direito fazer. A segunda questão, é referente a oportunidade de participar do mercado e gerar renda e expandir outras liberdades. Já existem inúmeras evidências dos resultados positivos da liberdade do indivíduo em ter acesso na participação do mercado para a expansão dos padrões de vida e da propriedade econômica geral. Sen (2000, p. 42), faz uma crítica aos economistas por focarem exclusivamente na segunda questão, distanciando seu foco do valor das liberdades e tornando reconhecida apenas o valor das “utilidades, rendas e riquezas”.

O acesso ao mercado tem seus benefícios reconhecidos, mas ainda não há uma plena compreensão sobre a razão de aceitar e fomentar as atividades desenvolvidas através do mecanismo do mercado. Porém, já existem bons motivos para trocar, comprar e vender, e buscar “um tipo de vida que possa prosperar com base nas transações” (SEN, 2010, p. 136).

Uma situação citada pelo economista, retrata a privação sofrida pelas mulheres de ter a liberdade de procurar emprego, pois em muitas culturas essa situação faz parte das regras. Além dessa situação de privação da liberdade, existem os efeitos negativos para a economia individual e familiar, considerando que a mulher tendo acesso ao mercado vai obter renda. Como exemplo Sen (2010, p. 140) cita que a “Associação das Mulheres Trabalhadoras Autônomas [Self-Employed Women’s Association – SEWA] tem tido grande êxito não só em aumentar o emprego feminino em uma parte da Índia, como também em gerar uma mudança no modo de pensar”.

Sen (2010) aborda uma questão tratada na Conferência de Viena de 1993, acerca das liberdades políticas e civis. Demonstrando que as necessidades econômicas são essencialmente primordiais aquém as questões políticas e civis. Como exemplo cita:

Na orla do golfo de Bengala, no extremo sul de Bangladesh e Bengala ocidental, na Índia, situa-se o Sunderban – que significa “bela floresta”. É ali o hábitat natural do célebre tigre real de Bengala, um animal magnífico dotado de graça, velocidade, força e uma certa ferocidade. Restam relativamente poucos deles atualmente, mas os tigres sobreviventes estão protegidos por uma lei que proíbe caçá-los. A floresta de Sunderban também é famosa pelo mel ali produzido em grandes aglomerados naturais de colmeias. Os habitantes dessa região, desesperadamente pobres, penetram na floresta para coletar mel, que nos mercados urbanos alcança ótimos preços – chegando talvez ao equivalente em rúpias a cinquenta dólares frasco. Porém, os coletores de mel também precisam escapar dos tigres. Em anos bons, uns cinquenta e tantos coletores de mel são mortos por tigres, mas o número pode ser muito maior quando a situação não é tão boa. Enquanto os tigres são protegidos, nada protege os miseráveis seres humanos que tentam ganhar a vida trabalhando naquela floresta densa, linda – e muito perigosa (SEN, 2010, p. 173).

Tal situação reflete que um país pobre “não se pode dar ao luxo” de concentrar-se na democracia e na liberdade política, enquanto as necessidades econômicas não estão satisfeitas. Essa perspectiva foi defendida em Viena, 1993, por diversos países em desenvolvimento. Sen (2010, p. 174) ainda afirma que “o que deve vir primeiro – eliminar a pobreza e a miséria ou garantir liberdade política e direitos civis, os quais, afinal de contas, têm pouca serventia para os pobres?”.

Percebe-se que a abordagem de Sen em Desenvolvimento como Liberdade abrange um horizonte além das limitadas métricas econômicas, tradicionalmente restritas à medida de produto nacional, renda pessoal, industrialização, entre outras. Para tanto, o economista não ignora sua relevância, mas busca demonstrar a fraqueza do método tradicional em atender a complexidade do assunto.

A obra de Sen vem demonstrar a necessidade de que seja realizada uma análise de forma integrada, considerando três atividades: econômica, social e política.

Dito de outro modo, a importância das liberdades para o desenvolvimento associa-se, em primeiro lugar, ao seguinte princípio normativo: o desenvolvimento deve visar acima de tudo a expansão da liberdade dos indivíduos. Em segundo lugar, a importância das liberdades se fundamenta naquilo que Sen chama de “razão efetiva”. Ou seja, quanto maior a liberdade dos indivíduos, mais eles podem “melhorar” a si próprios e influenciar positivamente a comunidade em que vivem. Portanto, a razão efetiva de as liberdades individuais importarem para o desenvolvimento se relaciona com o exercício da condição de agente dos indivíduos. Estas duas razões – normativa e efetiva – se conectam respectivamente com os já referidos papéis avaliativos (logicamente constitutivos) e instrumentais (causais, empíricos) da liberdade (PINHEIRO, 2012, p.15).

A distinção entre os papéis avaliativos e instrumentais precedem a fundamental distinção existente entre as liberdades, sendo a divisão entre liberdades substanciais (referentes ao fim desejado, constituindo a essência do desenvolvimento) e liberdades instrumentais (referindo-se aos meios, instrumento para aumentar as liberdades substantivas). Como exemplo, pode-se citar a busca por uma boa saúde (liberdade substantiva), por meio de boa alimentação e realização de exercícios físicos (liberdades instrumentais).

Sen (2000, p. 320) acredita na ideia de que o próprio indivíduo tem a responsabilidade sobre sua situação, como já dito anteriormente é um ser agente, dessa forma responsável por seu desenvolvimento e o desenvolvimento do mundo em que vive. Como seres reflexivos, o indivíduo tem a capacidade de observar a vida das outras pessoas, e de julgar o modo como às coisas são e de fazer as escolhas que se apresentam.

Percebe-se, assim, a amplitude e grandeza da abordagem de Amartya Sen em sua obra, abrangendo de forma completa a questão das liberdades humanas. Para tanto, a partir dessa explanação objetiva-se relacionar o agente de Amartya Sen, gerador de mudanças no ambiente, com o microempreendedor individual, pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como microempreendedor individual e que será tratado no próximo capítulo.

4 O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI

Neste capítulo, para compreender o sentido da definição do MEI realizou-se um levantamento precedente, para compreender a origem do termo e posterior explanação acerca dos direitos e obrigações do microempreendedor individual no Brasil.

Dessa forma, a estrutura do capítulo quatro está dividida em três seções. A seção 4.1 Empreendedorismo e o empreendedor, fazendo uma breve síntese. Na seção 4.2 A criação do microempreendedor individual, apresenta-se essa forma jurídica, suas particularidades e sua evolução desde sua criação. Por fim, na seção 4.3 Perfil do MEI a nível nacional, traz dados referentes aos MEIs registrados no país.

4.1 Empreendedorismo e o empreendedor

O termo empreendedorismo tornou-se um tema em expansão nos meios acadêmicos, com o desenvolvimento da literatura e de periódicos específicos para abranger os diversos conhecimentos gerados acerca do assunto. E esse constante e crescente volume de pesquisas decorre da relevância gerada pela ação do indivíduo empreendedor em seu ambiente, o qual conforme Telles *et al.* (2016) buscam a transformação e a mudança da sua realidade, contribuindo para sua sobrevivência ou impactando diversas vidas.

Quanto a origem do empreendedorismo, estudos apontam Richard Cantillon como o pioneiro na utilização do termo *entrepreneur* próximo ao significado que hoje é utilizado. Sua obra *Essa sur la nature du commerce en gener*, traduzida em 2002 como *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral*, traz a palavra *entrepreneurs* como definição para empresários, sendo estes os responsáveis pela “circulação e a troca de gêneros e mercadorias, assim como sua produção” (CANTILLON, 2002, p. 43).

Cantillon não tem sua biografia muito bem detalhada, devido a suas ideias não terem recebido justa atenção na época, sabe-se que foi banqueiro, Irlandês de nascimento, mas morou por tempo em Paris, sendo sua obra original escrita em francês. Sua obra, que foi

publicada em 1775, já após sua morte, ganhou relevância por ser editada por Mirabeau, autor a quem acreditava dever a fonte de suas ideias. Cantillon é considerado um dos precursores da Economia Política, defendendo a ideia de a vida humana estar ligada diretamente à produção. No desenvolver de sua obra, percebe-se o foco na terra e trabalho, sendo assim, cada produto é composto pela quantidade de terra e trabalho que são colocados no início do processo. O trabalho transforma em riqueza, em bens, aquilo que a terra oferece. No decorrer de sua obra então surge o termo francês *entrepreneur*, inicialmente no capítulo 4, referindo-se ao surgimento dos burgos:

Há aldeias onde, por influência de algum proprietário ou senhor da Corte, foram estabelecidas feiras. Essas feiras, que se realizam uma ou duas vezes por semana, encorajam muitos pequenos empresários e mercadores a estabelecerem-se no local; ou então, eles compram na feira os gêneros que são trazidos das aldeias mais próximas e os levam para as cidades onde são trocados por ferro, sal, açúcar e outras mercadorias que, nos dias de feira, vendem por fim, aos habitantes das aldeias. Por fim, essas aldeias vêm a se tornar burgos (CANTILLON, 2002, p. 25).

O segundo economista a utilizar o termo *entrepreneur* foi Jean Batiste Say, em sua obra *Traité d'Économie Politique* de 1803, traduzida como Tratado de Economia Política. Say (1983, p.80) aborda a diferença entre o industrial, capitalista e o empreendedor, porém exemplifica que um amolador de facas ambulante desenvolve uma atividade sem a necessidade de propriedade ou de capital de terceiros, dessa forma “carrega em suas costas todo o seu capital e traz toda a indústria na ponta dos dedos”, tornando-se empresário, capitalista e operário simultaneamente. O termo *entrepreneurs* é usado em sua obra para definir o empresário, sobre o qual ele diz ser “raro existirem empresários tão pobres a ponto de não possuírem como bens próprios nem mesmo uma parcela de seu capital” (SAY, 1983, p.83).

Mas o grande difusor do conceito do empreendedorismo, reconhecido como, foi Joseph Alois Schumpeter, em sua obra *The Theory of Economic Development*, de 1934. Schumpeter (1934) aborda o empreendedor como um indivíduo inovador, agente de mudança e do processo de desenvolvimento econômico.

Uma significativa discussão sobre o tema, tem sido realizada por Louis Jacques Fillion, professor do HEC Montreal Canadá, que tem mais de cem artigos publicados e quinze livros acerca o tema empreendedorismo. Fillion (1999) aborda que o conceito de empreendedor deve ser o mais abrangente possível, diante das abordagens distintas que o antecedem. Dessa forma Fillion (1999, p. 19) define:

O empreendedor é uma pessoa criativa, [...] marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos [...] e que mantém alto nível de consciência do ambiente em que

vive, usando-a para detectar oportunidades de negócios. [...] Um empreendedor que continua a aprender a respeito de possíveis oportunidades de negócios [...] e a tomar decisões moderadamente arriscadas [...] que objetivam a inovação, continuará a desempenhar um papel empreendedor.

As discussões sobre empreendedorismo no Brasil tiveram início com as contribuições de Louis J. Filion, no ano 2000 quando foi publicado o livro *Oficina do Empreendedor*, do autor Fernando Dolabela e coautoria de Filion.

Fernando Dolabela ficou conhecido por sua obra *O Segredo de Luísa* em 1999, e por seu crescente interesse pelo empreendedorismo. Dolabela é autor de oito livros sobre o tema, criador de dois *softwares*, *MakeMoney* e *MinhaEmpresa* que auxiliam na criação e gestão de negócios. E também, é criador dos maiores programas de incentivo ao ensino do empreendedorismo para a educação básica e superior no Brasil, *Oficina do Empreendedor* e *Pedagogia Empreendedora*. Sua preocupação com a difusão do empreendedorismo está representada na visão que ele tem do termo:

No Brasil o tema central do empreendedorismo deve ser o desenvolvimento social, tendo como prioridade o combate à miséria, oferecendo-se como um meio de geração e distribuição de renda. Mais do que uma preocupação com o indivíduo, o empreendedorismo deve ser relacionado à capacidade de se gerar riquezas acessíveis a todos. Como geralmente a renda concentrada teima em não se distribuir, é importante que ela seja gerada já de forma distribuída. É disto que cuida o empreendedorismo. Não vejo o empreendedorismo como um conceito econômico. Tem antes uma conotação social, cujo preceito ético é gerar utilidade para os outros. É este também o seu referencial ético. A educação empreendedora no Brasil difere daquela nos países desenvolvidos: aqui as variáveis que definem a nossa ética e a nossa estratégia educacional advêm de contingências não encontradas lá: a miséria e os mecanismos históricos de sua preservação. Por ser um fenômeno cultural, o empreendedorismo exige soluções que tenham a nossa cara, o nosso jeito, o nosso sistema de valores, a forma brasileira de ver o mundo (DOLABELA, 2016, p.1).

Nesse trecho, o autor defende que o assunto no Brasil deve ser reconhecido como motor de desenvolvimento social, pois o cenário do país exige uma compreensão distinta dos conceitos pré-estabelecidos. Ainda, defende que através do empreendedorismo são possíveis soluções de geração de renda distribuída, e que o papel principal do empreendedorismo não está no conceito econômico, mas antes disso na questão social.

Percebe-se que nesse ponto, as afirmações de Dolabela cruzam-se com a teoria de Sen quando demonstram que a preocupação principal deve estar concentrada nas questões sociais, antes das questões econômicas. Ainda Dolabela (2016) define que as soluções para o empreendedorismo no Brasil devem ser vistas com base em nosso cenário e uma das soluções conforme Telles *et al.* (2016), foi a criação da forma jurídica do microempreendedor individual em 2008 buscando tirar da informalidade um grande número de indivíduos que trabalhavam por conta própria, oferecendo menor burocracia para a regularização, facilitando

o acesso a contribuição para a previdência, acesso a serviços bancários e isenção de tributos federais.

4.2 A criação do microempreendedor individual

O MEI, como já apresentado na introdução, é um regime fiscal criado em 2008 pelo Governo Federal com o objetivo de reduzir a informalidade e ter conhecimento sobre os indivíduos que trabalhavam como vendedores ambulantes ou prestadores de pequenos serviços sem registro.

A lei que instituiu o MEI foi a Lei Complementar nº128/ 2008 que alterou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar nº123/2006) criando a figura do Microempreendedor Individual. Essa lei entrou em vigor em 01 de julho de 2009.

Somente a partir da edição desta Lei, foi de fato contemplado o Microempreendedor Individual (MEI), justamente para atender àqueles que estariam em maior situação de vulnerabilidade; é o que se abstrai da lista de atividades para as quais são permitidas a adesão do limite de faturamento anual para se manter no sistema e da restrição de possuir tão somente um empregado (CHRISPIN e PESSOA; 2013).

Como descrito, as atividades permitidas para registro através do MEI representam atividades simples, geralmente desenvolvidas por ambulantes e autônomos, algumas das atividades conforme Portal do Empreendedor (2017) são: artesão, borracheiro, chaveiro, comerciante (diversos), fotógrafo, maquiador (a), pedreiro, entre outras.

Nesse modelo jurídico, o empreendedor recebe isenção de impostos federais e pode faturar até R\$ 60.000,00 por ano (GEM 2016, 2017). A partir de janeiro de 2018 ocorreram modificações quanto ao teto de faturamento para os MEIs, passando de R\$ 60.000,00 anual para R\$ 81.000,00, conforme informações do Portal do Empreendedor (2017):

O MEI é o pequeno empresário individual que atende as condições abaixo relacionadas:

- a) tenha faturamento limitado a R\$ 81.000,00 por ano
- b) Que não participe como sócio, administrador ou titular de outra empresa;
- c) Contrate no máximo um empregado;
- d) Exerça uma das atividades econômicas previstas no Anexo XIII, da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional de nº 94/2011, o qual relaciona todas as atividades permitidas ao MEI.

Os itens a seguir trazem informações essenciais relativas a formalização, benefícios e da atividade como Microempreendedor Individual e todas têm como referência o Portal do

Empreendedor. Nesse site, são disponibilizadas informações completas divididas entre: “Quero ser” e “Já sou”, com espaço para se formalizar e tirar dúvidas e o espaço para login dos cadastrados realizarem diversos serviços, como alterações no cadastro ou emitir as guias mensais de recolhimento de contribuições.

4.2.1 Formalização e benefícios

Para que uma pessoa possa se formalizar como MEI deve atentar para os seguintes requisitos: possuir idade mínima de 18 anos (ressalva a pessoas maiores de 16 anos e menores de 18 anos legalmente emancipadas); não ser titular, sócio ou administrador(a) de outra empresa; no caso de servidores públicos estaduais e municipais devem observar os critérios da respectiva legislação, que podem variar conforme o estado ou município; no caso de estrangeiro, apenas mediante apresentação do RNE – Registro Nacional de Estrangeiros, pois este é o “visto permanente”.

Para o preenchimento do cadastro no momento do registro é necessário “informar o número do CPF e data de nascimento do titular, o número do título de eleitor ou o número do último recibo de entrega da Declaração Anual de Imposto de Renda Pessoa Física – DIRPF, caso esteja obrigado a entregar a DIRPF”.

Ao final do processo de cadastro e confirmação das informações no Portal do Empreendedor, o indivíduo receberá no mesmo momento seu número de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), o qual já dá ao MEI direitos empresariais. O registro empresarial consiste “na regularização da situação da pessoa que exerce atividade econômica frente aos órgãos do Governo, como Junta Comercial, Receita Federal, Prefeitura e órgãos responsáveis por eventuais licenciamentos, quando necessários”.

Para o MEI esse registro é totalmente gratuito e realizado diretamente através da internet, após preenchimento de um formulário simples e de fácil entendimento. O CNPJ, a inscrição na Junta Comercial, no INSS e o Alvará Provisório de Funcionamento são obtidos imediatamente, gerando um documento único, que é o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI. Não há a necessidade de assinaturas ou envio de documentos e cópias. Tudo é feito eletronicamente.

Para aquelas pessoas que preferem não realizar o registro sozinhas, há a possibilidade de solicitar orientação junto ao Sebrae ou alguns escritórios contábeis que realizam o serviço de forma gratuita.

O SEBRAE oferece orientação gratuita sobre a formalização. Para saber qual a unidade do SEBRAE mais próxima acesse: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/Contato>. As empresas e escritórios contábeis espalhados pelo Brasil, optantes pelo Simples Nacional também poderão realizar a formalização do MEI gratuitamente. Para saber quem são essas empresas e escritórios, consulte a relação em sua cidade, acessando o Portal do Empreendedor (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2017).

O MEI é a única forma jurídica criada com custo zero, mas o microempreendedor deve ter atenção para recolher sua contribuição mensalmente através do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS). As guias referente às contribuições mensais do MEI são geradas no através da internet e conforme informação do Portal do Empreendedor (2017):

É necessário atentar que, após a regularização, deve-se recolher mensalmente as contribuições de R\$ 47,70 (ao INSS), acrescido de R\$ 5,00 (para Prestadores de Serviço) ou R\$ 1,00 (para Comércio e Indústria) por meio de carnê emitido através do Portal do Empreendedor. Essas despesas são legalmente estabelecidas e garantem àquele que exerce a atividade o direito à aposentadoria, ao auxílio doença, licença maternidade, entre outros benefícios.

Para a forma jurídica MEI não existe Contrato Social, o documento que comprova a existência da empresa deve ser emitido no Portal do Empreendedor, e o mesmo não pode ter sócio. O MEI é um Empresário Individual, que exerce atividade econômica em nome próprio. O Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, é o documento comprobatório do registro como MEI, conforme previsto na Resolução CGSIM nº 16, de 17 de dezembro de 2009, e substitui o Requerimento de Empresário para todos os fins, como por exemplo para a abertura de conta jurídica em instituições bancárias.

Assim como as outras formas jurídicas existentes, o MEI pode registrar um nome fantasia para seu negócio, além de poder solicitar junto ao INPI a propriedade de sua marca, bem como uma empresa de qualquer outra natureza jurídica.

A qualquer momento o MEI pode cadastrar um nome fantasia. O nome fantasia é cadastrado através do Portal do Empreendedor, no card, "Atualize seus dados", na opção "Alterar dados". Importante atentar-se para as regras do Instituto Nacional da Propriedade Intelectual - INPI, que é o órgão que faz o registro de marcas. O simples cadastro do nome fantasia na Junta Comercial NÃO dá direito ao uso do mesmo caso seja registrado como marca por outra empresa. Caso o MEI queira registrar o nome fantasia que usa como marca acesse o site do INPI: <http://www.inpi.gov.br> para maiores informações (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2017).

O MEI pode ter mais de uma ocupação ou atividade conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) conforme Portal do Empreendedor (2017) "além da atividade principal, o MEI pode registrar até 15 (quinze) ocupações para suas atividades

secundárias, as quais serão vinculadas ao código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE”.

O MEI estará dispensado de emitir nota fiscal para consumidor pessoa física, porém, estará obrigado à emissão quando o destinatário da mercadoria ou serviço for outra empresa, salvo quando esse destinatário emitir nota fiscal de entrada.

Ao se formalizar além do acesso aos benefícios jurídicos comuns às pessoas jurídicas, o MEI ainda obtêm benefícios previdenciários comuns as pessoas que trabalham com carteira assinada ou donos de empresas, além disso, a contribuição mensal é um valor reduzido comparado aos empresários das outras formas jurídicas.

4.2.2 Previdência e benefícios

Ao se formalizar o MEI adquire benefícios assim como um trabalhador ou empresário contribuinte. O indivíduo passa a ter a cobertura previdenciária para si, com os seguintes benefícios: aposentadoria por idade, auxílio doença e aposentadoria por invalidez e salário maternidade.

Anteriormente a criação do MEI as pessoas que trabalhavam por conta própria não tinham acesso a nenhum benefício da previdência, a não ser que realizassem recolhimento como autônomos. No entanto, o valor tornava-se um impedimento para a contribuição, não sendo acessível para grande maioria. O MEI tornou-se uma alternativa para quem busca contribuir com a previdência e ter a segurança de um auxílio conforme citado nos casos acima.

Conforme Portal do Empreendedor (2017), “não há vedação à inscrição de empregado de empresa privada como MEI”, dessa forma, pessoas que possuem vínculo trabalhista com uma empresa privada, mas desejam desenvolver outro tipo de atividade “extra” podem também realizar o registro como microempreendedor individual.

O período de contribuições como MEI poderá ser somado aos outros períodos de contribuição para a previdência social, com a ressalva de que o contribuinte realize uma contribuição complementar para fechar o total de 20% do salário mínimo mensal vigente, conforme Portal do Empreendedor (2017).

O tempo de contribuição pode ser contado para concessão de aposentadoria por idade, assim como para o cumprimento de carência para auxílio-doença, salário-maternidade e aposentadoria por invalidez, desde que devidamente recolhidos. No entanto, para que o período de contribuição do MEI conte para a aposentadoria por tempo de contribuição, o MEI deverá complementar a contribuição mensal mediante

recolhimento, sobre o valor correspondente ao limite mínimo mensal do salário de contribuição em vigor na competência a ser complementada, da diferença entre o percentual pago e o de 20%, acrescido de juros moratórios (§ 3º do art. 21 da Lei nº8.212, de 1991).

O MEI só deve ter atenção quanto aos pagamentos das guias, pois se ocorrer atrasos, poderá perder seus benefícios. Primeiro, não terá esse tempo inadimplente contado para nenhum benefício da previdência social. Segundo, caso necessite de algum benefício não programado, como auxílio-doença, pensão por morte ou salário-maternidade, por exemplo, poderá não ter direito a esses. Além disso, quando for recolher as contribuições atrasadas, terá que calcular os valores acrescidos de multa e juros.

A mulher que estiver devidamente registrada e com suas contribuições em dia, deve solicitar o salário-maternidade através da Central de Atendimento 135 ou através da página da Previdência Social na internet. Observa-se ainda algumas particularidades como o direito ao salário-maternidade o MEI do sexo masculino, nos casos de falecimento da mãe (gestante), adoção ou guarda judicial para fins de adoção ocorrida a partir de 25/10/2013 (data da publicação da Lei nº 12.873/2013), e a segurada, nas hipóteses de parto natimorto, adoção e aborto não criminoso.

Há casos em que o indivíduo deve ter atenção para evitar realizar o cadastro como MEI, conforme apontado pelo Portal do Empreendedor (2017), nos casos de aposentadoria por invalidez, no qual o beneficiado perderá o benefício. E no caso, da segurada que está em período de salário-maternidade, decorrente de vínculo empregatício, a qual perderá o benefício, pelo entendimento de que a mesma já está em condições de voltar ao trabalho.

Percebe-se que existem benefícios e facilidades para uma pessoa registrar-se como MEI, mas que a mesma deve estar atenta as exigências para que não perca tais facilidades. Assim, buscou-se aprofundar mais acerca das obrigações do MEI no próximo subitem.

4.2.3 Pagamentos e obrigações legais

O MEI após seu registro tem por obrigação recolher mensalmente a contribuição para INSS/Previdência Social, sendo de 5% sobre o valor do Salário Mínimo. E contribuir para o Estado, com R\$1,00 no caso de ICMS, quando empresas relacionadas ao setor de indústria, comércio e transporte de cargas; e/ou R\$5,00 de ICMS no caso de empresas de prestação de serviços e transporte municipal, e tem como data de vencimento dos impostos (DAS) o dia 20 de cada mês. Na ocorrência de atraso, o microempreendedor deve realizar a

emissão de nova DAS, a qual terá seu valor reajustado automaticamente com inclusão de juros e multa.

O MEI, assim como pessoa física e as outras formas de pessoa jurídica, deve realizar anualmente sua declaração anual ao imposto de renda. No caso do MEI, essa declaração é realizada de forma simplificada através do próprio site, caso o MEI perca o prazo de declaração, ficará sujeito a multa.

Quanto as contribuições sindicais ou para associações o MEI não é obrigado a realizá-las, essas contribuições são voluntárias conforme ressaltado no Portal do Empreendedor (2017), “a contribuição ou recolhimento de taxas, a qualquer associação não é obrigatória. Assim, o MEI poderá desconsiderar qualquer tipo de cobrança de associação, exceto se tiver associado como contribuinte voluntário”.

4.2.4 Cancelamento do MEI

O indivíduo cadastrado como MEI, corre o risco de ter seu CNPJ cancelado conforme previsto no Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, no parágrafo 15-B, do artigo 18-A. Segundo o estatuto o MEI que não cumprir com suas obrigações fiscais, terá o CNPJ suspenso por 30 dias e após este prazo, caso não regularize sua situação, terá a baixa definitiva de seu CNPJ. Com o grande volume de MEIs, existem muitos que se inscreveram mas deixaram de atuar e não realizaram a baixa de sua inscrição. Buscando regularizar e atualizar os números referentes aos microempreendedores o Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios por meio da Resolução nº39/2017 estabeleceu o cancelamento da inscrição dos MEI que estivesse com suas obrigações em atraso.

Essa resolução impactou diretamente nos números do MEI em 2018, pois ao final do mês de janeiro de 2018 o Portal do empreendedor registrava um total de 7.851.685 MEIs cadastrados e ao final do mês de fevereiro 2018, após a exclusão, constavam 6.584.744 MEIs, ou seja, a nível nacional foram 1.266.941 (16,13%) MEIs que tiveram seu CNPJ suspenso. O MEI que tiver sua inscrição cancelada terá: Baixa da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ, Baixa das inscrições do MEI nas administrações tributárias estadual e municipal e cancelamento das licenças e dos alvarás concedidos. Sendo assim, o cancelamento não pode ser revertido. Caso o indivíduo tenha interesse em voltar a ter um CNPJ, deverá realizar um novo registro, ou seja, não manterá seu número de CNPJ.

Com o grande número de microempreendedores individuais surgiu a questão da inadimplência no recolhimento das guias, em 2016 o governo criou uma campanha de parcelamento das contribuições atrasadas, como forma de facilitar a regularização da situação dos MEIs. Para isso, em outubro de 2016 foi criada a Lei Complementar nº155/2016 que permitia o parcelamento dos débitos, conforme Portal do Empreendedor (2017):

Com o advento da Lei Complementar nº155, de 27 de outubro de 2016, é permitido parcelar os débitos do MEI. Existem duas modalidades de parcelamento: o convencional, que pode ser solicitado a qualquer tempo, e o especial, que pode ser solicitado até o dia 02/10/2017. Nota: Somente serão parcelados débitos já vencidos e declarados por meio da DASN SIMEI na data do pedido de parcelamento.

Após a solicitação do parcelamento, sua confirmação ocorrerá após o pagamento da primeira parcela. E seu pagamento deve ser realizado dentro do prazo gerado na guia, conforme Portal do Empreendedor (2017):

Para que o parcelamento seja validado, o Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) da primeira parcela deverá ser pago até a data de vencimento constante no documento. As demais parcelas devem ser pagas, mensalmente, até o último dia útil de cada mês. Nota: Se não houver o pagamento tempestivo da 1ª parcela, o pedido de parcela o pedido de parcelamento será considerado sem efeito e o aplicativo permitirá nova solicitação no mesmo ano-calendário.

Observa-se que governo forneceu incentivos e facilidades para a formalização, porém muitos não conseguiram manter ou falta de conhecimento não baixaram seus registros junto ao governo. Como descrito anteriormente todas as informações que foram apresentadas a respeito da formalização e benefícios encontram-se disponíveis no Portal do Empreendedor e foram acessadas em 2017, conforme referências ao final do presente estudo.

4.2.5 Evolução do microempreendedorismo no país

Inicia-se pela questão da evolução constante e crescente no número de registros de Microempreendedores Individuais, conforme Sebrae (2017, p.15) “a formalização do MEI teve início em julho de 2009. Desde então, tem havido um movimento intenso de novos empreendedores registrados”.

No ano de 2011 foi lançado pelo Sebrae o primeiro estudo detalhado com informações referentes ao MEI, chamado Empreendedor Individual 2011 (2011), apresentando um dado muito relevante sobre a procura pelo registro após a divulgação desse novo regime.

A evolução no número de empreendedores individuais é expressiva, tendo crescido 283% nos últimos doze meses. Com a recente redução da contribuição previdenciária do EI, somada aos esforços do Sebrae e parceiros na formalização, espera-se que esse número cresça ainda mais. Diante de tal evolução, aumentam também os desafios do Sebrae. O foco agora não deve se limitar mais à formalização desses empreendedores, e sim se voltar para a capacitação desse público, de maneira a promover a sua sustentabilidade enquanto empresas, para que sigam gerando oportunidades e renda (SEBRAE, 2011, p. 9).

O estudo foi desenvolvido visando subsidiar a tomada de decisão de forma planejada e orientar as estratégias dos diversos envolvidos, citando as instituições de apoio, governos, parceiros e empreendedores, com base em “dados reais do mundo das MEP e dos empreendedores” (SEBRAE, 2011, p.5). A pesquisa trouxe resultados importantes e a cada ano foram implementadas questões que expandiram a compreensão sobre as especificidades do MEI, suas edições seguintes foram 2012, 2013, 2015 e 2017.

A edição Perfil do Microempreendedor Individual 2015 (2016), trouxe uma informação muito positiva acerca da procura do registro do MEI, relatando que no período de julho de 2009 a dezembro de 2015 os cadastros para a forma jurídica MEI foram de zero a 5.680.614 (cinco milhões, seiscentos e oitenta mil, seiscentos e quatorze), representando uma média de 100 registros por hora.

Para contribuir com o presente estudo foram extraídas informações da edição de 2017 acerca do perfil do MEI. E ainda, a pesquisa Perfil do MEI (2017), reafirma o quanto já é significativa e importante à participação do MEI no Brasil.

Depois de mais de 7 anos da existência do Microempreendedor Individual (MEI), é evidente o tamanho e a importância desse fenômeno para o empreendedorismo brasileiro. De julho de 2009 a dezembro de 2016, o número de MEI saltou de zero para 6.649.896, mantendo uma média de quase 1 milhão de registro por ano.

Quanto a busca por formalização a pesquisa de 2017 aponta que a procura triplicou nos últimos quatro anos, alcançando 30% da população que declarou trabalhar por conta própria conforme dados do IBGE. Conforme apresenta Sebrae (2017, p. 7)

Em dezembro de 2016, havia 22 milhões de trabalhadores por conta própria no Brasil e o MEI registrava 6,6 milhões de inscritos. Dividindo-se o número de MEI pelo de conta própria, chega-se ao indicador do “grau de cobertura” do MEI. Nesse período “grau de cobertura” do MEI saiu de 9,5% para 30,1%. Ou seja, em 4 anos, o nível de formalização triplicou.

Dessa forma, percebe-se que o MEI já se estabeleceu no país como uma forma jurídica consolidada e para isso o Sebrae tem continuamente acompanhado esse movimento vem criando cursos e prestando serviços específicos para os microempreendedores. Conforme Sebrae (2017, p. 7), o MEI representa o maior público do Sebrae, e, “já em 2011, a instituição criou uma linha específica de produtos para atender ao Microempreendedor Individual, chamada de ‘Sebrae para o Empreendedor Individual’, ou SEI”. Como base na pesquisa de 2017 realizadas pelo Sebrae apresenta-se o perfil desse Microempreendedor Individual.

4.3 Perfil do MEI a nível nacional

O MEI representa um fenômeno predominantemente urbano, conforme Sebrae (2017, p.21), sua concentração ocorre nas grandes capitais e regiões metropolitanas, devido ao maior número de população. No Brasil, a região com maior concentração de microempreendedores individuais “é o Sudeste (51,6%), seguido do Nordeste (19,1%), Sul (15,2%), Centro-Oeste (8,7%) e Norte (5,4%)”.

Quanto aos setores de atividades “os setores com maior número de microempreendedores individuais é o de comércio (37,4%), seguido de serviços (37,2%), indústria (15,3%), construção civil (9,5%) e agropecuária (0,6%)” (SEBRAE, 2017, p. 27). Conforme a pesquisa, o setor de serviços e da construção civil tem apresentado crescimento constante durante as pesquisas realizadas, e por consequência os setores de comércio e indústria tem diminuído sua participação no total dos negócios.

Na questão de gênero, a pesquisa aponta um constante aumento no número de mulheres, apesar de o gênero masculino ainda representar a maioria, a distribuição na primeira pesquisa realizada em 2011 apresentou 54,8% homens e 45,2% mulheres, e a pesquisa de 2017 apresentou que os microempreendedores são representados 52,4% por homens e 47,6% por mulheres (SEBRAE, 2011; 2017).

Com relação à idade do MEI, a pesquisa Sebrae (2017, p. 33) apontou uma “leve tendência ao envelhecimento”, demonstrando que a faixa etária média em 2013 era de 37,3 anos e passou a 39,1 anos em 2016. A maior concentração está no grupo com até 39 anos, representando 56,1% do total de microempreendedores individuais.

Ao analisar a escolaridade dos microempreendedores individuais, a pesquisa aponta que “a maioria tem nível médio ou técnico completo ou mais, sendo 68%”. Detalhando as informações, têm-se:

1% sem instrução formal; 16% com fundamental incompleto; 8% com fundamental completo; 9,4% com médio ou técnico incompleto; 41% com ensino médio ou técnico completo; 9% com superior incompleto; outros 20% com superior completo e 4% com pós-graduação (SEBRAE, 2017, p. 40).

Conforme Sebrae (2017, p. 40), comparado aos anos anteriores ocorreu uma evolução dessa variável, sendo “de 2011 a 2017, cai a participação do nível intermediário de escolaridade (ensino médio ou técnico completo), que foi de 47% para 34%, assim como dos níveis baixos de escolaridade que foram de 36% para 33%”. E o número de microempreendedores “com superior incompleto ou mais saiu de 17% para 32%, um aumento de 88%”. Esse aumento no nível de escolaridade pode ser explicado segundo Sebrae (2017), devido ao aumento geral da escolaridade da população.

Quanto a questão da renda do MEI o Sebrae (2017) aponta que a renda média está em R\$3.926. Dessa forma, a grande parte dos microempreendedores individuais estão concentrados entre as classes média e alta.

Mediante a classificação da Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE observa-se uma concentração de MEI nas classes médias e altas, com 88,8% do total. Mais detalhadamente: 5% são da “alta classe alta”, 25% da “baixa classe alta”, 27% da “alta classe média”, 17% da “média classe média”, 15% da “baixa classe média”, 9% da “vulnerável”, 2% “pobre, mas não extremamente pobre” e cerca de 0,1% “extremamente pobre” (SEBRAE, 2017, p. 43).

E ainda, na qual 77% (setenta e sete por cento) dos respondentes declararam a atividade desenvolvida como MEI ser sua única fonte de renda, reforçando a importância de empreender como opção ao emprego formal, e de que o empreendedorismo é “gerador de renda” para si e suas famílias (SEBRAE, 2017, p. 57).

Com relação ao local do negócio onde o MEI desenvolve sua atividade, a pesquisa apontou que 45% operam em sua própria residência, 30% em estabelecimento comercial, 15% trabalham na rua, 9% na casa ou empresa do cliente, e 1% em shoppings ou feiras populares. Destaca-se que a maior parte dos microempreendedores individuais, trabalham em local fixo, e quando comparado as pesquisas anteriores, demonstra que houve um crescente número de microempreendedores que estão trabalhando fora de suas residências, conforme Sebrae (2017, p.45):

Comparando-se os resultados de 2017 com os dos anos anteriores, vê-se uma clara redução na participação dos MEI que trabalham em casa, e um aumento na proporção daqueles que trabalham em estabelecimento comercial, na rua ou na casa ou empresa do cliente.

Assim como nas pesquisas anteriores o Sebrae (2017) questionou os microempreendedores sobre sua profissão exercida antes de atuar como MEI e 50% dos microempreendedores individuais brasileiros tinham como ocupação anterior um emprego formal. Conforme já verificado nas pesquisas anteriores, esse grupo continua sendo o maior, ou seja, grande parte das pessoas saíram do emprego de carteira assinada para se tornarem MEI. Outra informação importante, dentre aqueles microempreendedores que responderam sair da informalidade, 54% são pessoas que possuem um negócio próprio a 10 anos ou mais.

Diante desse cenário, o Sebrae (2017) faz um cruzamento entre as informações escolaridade *versus* ocupação anterior e verifica que existe uma relação demonstrando que os microempreendedores que atuavam como empregados de carteira assinada possuem um maior grau de instrução, e os microempreendedores que atuavam como informais são indivíduos com menor escolaridade, conforme:

Para ir mais a fundo no estudo dos diferentes perfis dos MEI, [...] é apresentado o cruzamento entre a informação de escolaridade e ocupação anterior. Vê-se que quanto maior a escolaridade, maior a participação dos MEI que eram empregados formais ou estudantes. Por outro lado, quanto menor a escolaridade, maior a participação dos MEI que eram empreendedores ou empregados informais (SEBRAE, 2017, p. 48).

Questionados sobre os motivos que levaram os microempreendedores a formalizar seu negócio, tem-se a maior motivação que os levaram a se tornar microempreendedores individuais, foram “ter uma empresa formal” (26%) e os “benefícios do INSS” (26%), seguida da “possibilidade de emitir nota fiscal (12%)”. O Sebrae (2017), agrupou as respostas e apontou que 61% dos microempreendedores citaram motivos relacionados diretamente ao negócio formal, e não apenas ao indivíduo.

Percebeu-se que a criação da figura do microempreendedor individual facilitou ao empreendedor o acesso a diversos benefícios, antes disponíveis apenas aos indivíduos que trabalhavam com carteira assinada ou eram donos de empresas formais que realizassem contribuições em dia. O MEI já é uma forma jurídica com um expressivo número no país e para que fosse possível o desenvolvimento do presente estudo o capítulo seguinte apresenta a caracterização dos MEIs registrados no município de Cruz Alta/RS.

5 CARACTERIZAÇÃO DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

O presente capítulo objetiva a apresentação e discussão do perfil dos MEIs entrevistados, resultados da entrevista semiestruturada realizada. Buscando nessa apresentação atender aos objetivos do trabalho.

A apresentação dos resultados está posta de forma qualitativa, com a apresentação de alguns trechos das falas dos microempreendedores individuais. Ao apresentar trechos de falas dos entrevistados foi feita a identificação E (entrevistado) e seguido de um número de um a vinte para distinguir cada entrevistado.

5.1 Perfil dos entrevistados

Inicia-se a descrição dos dados do roteiro da pesquisa de campo com as informações de perfil dos MEIs entrevistados, os quais estão registrados como microempreendedores individuais no município de Cruz Alta/RS. Conforme a metodologia já apresentada a indicação dos entrevistados foram ocorrendo durante as entrevistas.

Aos vinte entrevistados, foi realizado o questionamento em relação a atividade exercida, entre os respondentes onze declararam que sua atividade está concentrada no ramo do comércio, conforme as respostas espontâneas: “comércio de alimentos”, “comércio de confecções”, “comércio de artigos em geral”, “comércio de artesanato”, “comércio de acessórios para telefone”. Oito dos entrevistados declararam serem prestadores de serviço, entre as respostas: “agência de marketing”, “manutenção de máquinas”, “penteados”, “venda de anúncios”, “serviços elétricos”, “comunicação visual”, “consultor de vendas”, “academia de artes marciais” e um classifica-se como indústria, o qual respondeu “serralheria”. Este perfil é semelhante ao de nível nacional, onde 37,4% estão registrados como atividades de comércio, seguido de 37,2% no setor de serviços, e 15,3% no setor de indústria, ressalta-se que a nível nacional ainda há um percentual de 9,5% de MEIs na construção civil e 0,6% no setor agropecuário.

Quanto ao gênero, onze são do gênero feminino e nove do gênero masculino. Com relação a idade, doze dos entrevistados têm entre 20 a 40 anos, sete de 41 a 60 anos e um com mais de 60 anos. Como já apresentado no perfil nacional, a participação das mulheres entre os microempreendedores cresceu durante os anos, e na última pesquisa realizada apresentou uma diferença percentual de apenas 4,8% menor que os homens.

Ao questionar a escolaridade dos MEIs, nove responderam ter ensino médio/técnico completo, seis não possuem ensino médio/técnico completo, e cinco com ensino superior completo. Ou seja, percebe-se que a maioria possui nível médio/técnico completo ou mais, essa informação está de acordo com o perfil nacional, que apresentou que 68% dos MEIs do Brasil estão nessa faixa de escolaridade.

Com relação à possuírem outra renda além da atividade exercida como MEI, somente três responderam que possuíam, sendo estas: pensão, aposentadoria e salário de funcionário público; os outros dezessete entrevistados responderam não possuir outra renda. Informação que demonstra que o MEI tem como atividade principal e única o seu negócio próprio. Esse dado, também está de acordo com o perfil nacional que apresenta que 77% dos MEIs tem como sua única fonte de renda a atividade empreendedora.

Quando questionados sobre a renda mensal obtida através da atividade, alguns demonstraram certo desconforto ao responder essa questão. Percebeu-se que este fato pode estar relacionado a questão do teto do faturamento permitido ao MEI. Mesmo assim, a maioria dos entrevistados declarou que sua renda mensal com a atividade é de dois a três salários, sendo que dezesseis responderam ganhar até três salários e quatro entrevistados responderam ganhar quatro salários ou mais. O perfil nacional apresenta que a renda média dos MEIs era de R\$3.926, confirmando que os MEIs conseguem uma boa renda com sua atividade, conforme declarado durante as entrevistas e apresentado em alguns trechos no capítulo 6.

Com relação ao local do negócio, nove dos MEIs declararam atuar em sala comercial, oito em suas próprias residências e três atendem em diversos lugares. Esses dados divergem um pouco da pesquisa nacional, que apresenta que 45% dos MEIs atuam em suas próprias residências e 30% em estabelecimento comercial e outros 25% trabalham na rua, ou empresa do cliente e em shoppings ou feiras populares.

A partir das informações referentes ao perfil, elaborou-se o seguinte quadro com a síntese dos quesitos e descrição dos MEIs entrevistados. De forma sucinta o Quadro 4, apresenta o resumo das informações, pertinentes ao perfil dos MEIs:

Quadro 4 – Síntese do perfil dos MEIs entrevistados

Quesito	Descrição
Setor de atividade	11 – Comércio: alimentação, confecção artesanato, acessório de telefonia e artigos em geral
	08 – Prestação de serviço: agência de marketing, penteados, serviços eletrônicos, consultoria de vendas, manutenção de máquinas, academia
	01 – Indústria: serralheria
Gênero	11 – Mulheres 09 – Homens
Idade	12 – 20 a 40 anos 07 – 41 a 60 anos 01 – Mais de 60 anos
Escolaridade	09 – Ensino Médio/Técnico completo 06 – Ensino Médio Completo 05 – Ensino Superior Completo
Renda Extra	17 – Não 03 – Sim: Pensão, Aposentadoria e Funcionário Público
Local de atuação	09 – Sala Comercial 08 – Residência 03 – Não possui lugar fixo

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Após a apresentação dessas informações percebe-se que conforme já mencionado no capítulo 4, no qual foi apresentado o perfil do MEI a nível nacional, o grupo de MEIs registrados na cidade de Cruz Alta/RS apresenta semelhança no que se refere a setor de atividade, idade, escolaridade e renda. E diverge apenas no quesito gênero e local de atuação.

5.2 O microempreendedorismo individual na percepção dos MEIs

Neste subcapítulo são apresentadas as respostas dos entrevistados em relação ao registro do MEI, a fim de compreender a percepção dos mesmos sobre o programa, para isso foram realizadas as seguintes perguntas: (1) Como você ficou sabendo do MEI? (2) Há quanto tempo você trabalha por conta própria? (3) Por qual motivo você decidiu abrir um CNPJ através do MEI? (4) Você possui colaborador de carteira assinada? (5) Você já utilizou benefícios do INSS por estar registrado como MEI?

Com relação a primeira questão, a qual aborda a forma de como os entrevistados tomaram conhecimento a respeito do Registro como MEI, a maioria relatou ter tomado conhecimento através de familiares, amigos e conhecidos, conforme comprova-se pelas falas do Entrevistado 10 “Foi pela mãe mesmo, que ela tem né o MEI” e do Entrevistado 17 que disse ter ficado sabendo por “Indicação. Uma amiga já tinha feito e me falou. Ai eu mesma peguei lá na internet e fiz”.

Nessa mesma direção, o Entrevistado 1 afirma que:

[...] foi por amigos, que tinham MEI. E aí, eu pesquisei no Google pra saber um pouco mais a respeito de como funcionava o programa. E eu vi também, alguma coisa na televisão. Mas eu fiquei sabendo mais por amigos.

Outros ainda relataram que tiveram conhecimento do MEI através da internet e notícias, conforme descreve o Entrevistado 13 “*Fiquei sabendo através da internet*” e o Entrevistado 16 “*Pelo noticiário, quando saiu ali a gente ficou sabendo ai a gente foi lá e fez*”. Ainda foram citados o escritório contábil, a Prefeitura Municipal e o Sebrae, conforme seguintes falas:

Na verdade, foi meu escritório que falou pra nós. Nós já tínhamos microempresa registrada. Daí a gente cancelou e fez o MEI. Porque o MEI tem as taxas menor. Eu já tinha o CNPJ, só que os encargos eram bem maiores (Entrevistado 4).

Eu acho que foi na prefeitura. Eu fui lá pra ver como eu fazia pra abrir um bar, porque tem que ter licença. Daí, eles me mandaram no Sebrae, daí agora acho que tá na prefeitura de novo (Entrevistado 6).

Nota-se que as respostas dadas a essa questão, estão de acordo com a pergunta realizada na Pesquisa MEI 2017 Microempreendedor Individual realizada pelo Sebrae/SP (2017, p. 27) na qual questionou-se “Como tomou conhecimento do MEI?”, e a maioria dos microempreendedores, 46%, citou “Conhecidos/Amigos/Familiares”. As outras respostas variaram entre: “Google/pesquisa na internet, Contador, no SEBRAE e TV”.

Quando questionados sobre a quanto tempo estavam trabalhando por conta própria as respostas dos entrevistados demonstraram uma grande variação de tempo. Conforme o Entrevistado 10 que relata que “*Faz pouco, há uns seis meses*”, o Entrevistado 19 que “*Faz um ano e quatro meses, desde que me formalizei pelo MEI*” e o entrevistado 6 que diz ter negócio próprio “*Há uns seis anos*”. E alguns dos entrevistados ainda relataram ter mais de dez anos de negócio próprio, conforme as seguintes falas:

Eu trabalhei quinze anos de carteira assinada, e hoje faz quase dezessete que eu trabalho no meu negócio próprio. Eu comecei a trabalhar em 2001, então vai fazer dezessete anos. E no dia do trabalhador (Entrevistado 20).

Ih, faz tempo. Eu acho que a uns vinte cinco anos. Nunca trabalhei com carteira assinada. Comecei a trabalhar como doméstica, daí parei quando casei e aí quando as crianças tavam maiorzinhas eu comecei a fazer coisa em casa pra vender. Fazer salgadinhos, pão, bolo, deixar as crianças sozinhas não (Entrevistado 18).

Grande parte dos entrevistados relatou já trabalhar antes da formalização, reforçando a discussão apresentada por Chrispin e Pessoa (2013), quando afirmam que o MEI foi criado

para abranger grande parte da população que estava trabalhando de maneira informal e não era considerada parte da população economicamente ativa do país.

Um questionamento essencial para o presente estudo é sobre a motivação que os levou a formalizar a empresa como MEI, muitos citaram em suas falas mais de um motivo, descreveu-se aqui os mais citados como a necessidade de ter um registro de empresa, confirmado pelas falas do Entrevistado 14 que diz “*Pra ter um CNPJ do negócio*”, o Entrevistado 8 relata que sua motivação foi de “[...] *formaliza o negócio*”, o Entrevistado 13 descreve que buscou com o MEI “[...] *deixar tudo certinho, dentro da lei, tudo organizado*”.

Ainda seguindo a mesma motivação, tem-se a fala do Entrevistado 1 que diz que a formalização como MEI ocorreu devida a necessidade de:

Poder dar mais credibilidade para a minha empresa, pra mim pode também presta um serviço de qualidade e também fornecendo notas fiscais, podendo te um funcionário. Então, foi para ter a regularização, e presta um serviço credenciado, organizado. [...] foi uma facilidade, porque tu não precisa ter um contador. Então foi muito mais fácil, só faz o pagamento mensal. Consegue fazer tudo pelo site do Portal do Mei.

Outros microempreendedores relataram a questão da segurança da previdência como um fator motivacional para buscar no MEI uma forma de trabalhar por conta própria sem deixar de contribuir com a Previdência. Informações retiradas dos seguintes relatos:

Na verdade, por tu tá recolhendo e por tu ter direito aos benefícios, tipo vá que acontecesse algum acidente de trabalho e também pensando na aposentadoria querendo ou não (Entrevistado 15).

Mais eu acho que pela segurança, pela estabilidade assim. Como é que eu vou dizer, por causa do INSS essas coisas. Se tu tem problema de saúde tu tá amparada, que nem eu quebrei meu braço uma vez, não pude trabalhar e eu recebi pelo MEI. E também pela aposentadoria também que eu não sei bem como que faz mas acho que conta pra se aposenta, só parece que tu tem que paga um extra pra se aposenta. Então foi mais pensando nisso (Entrevistado 18).

Além, dos motivos formalização e benefícios previdenciários, ainda foram citados facilidade, menor burocracia e menor carga tributária, como descrito pelo Entrevistado 19 “*Custo mais barato, menos burocracia, hoje se não for pelo MEI empresa nenhuma consegue*” e descrito pelo Entrevistado 4 que possui uma empresa e optou por transformar em MEI conforme relata “*Eu achei que tava pagando muito imposto, né. Daí o meu trabalho com o MEI eu posso fazer diversas atividades*”.

Ainda alguns entrevistados citaram como motivação a possibilidade de ter nota fiscal representado pelo trecho da fala do Entrevistado 3 que diz “*Na verdade foi pela necessidade de fornecer nota fiscal, pras clientes que precisavam*”. Ainda alguns citaram como motivação

não pagar imposto sobre a nota e a possibilitar de ter acesso a fornecedores como relata o Entrevistado 15 “[...] também porque ficava mais fácil pra comprar de fornecedores, porque tinha o CNPJ” e as seguintes falas:

Aí tem muitas vantagens, né. A redução de imposto é uma delas. Tu tem nota, e as notas tem uma quantidade que tu não paga. Tu paga só aquele valor fixo no mês. Não tem o custo do contador. Então esse é mais um motivo (Entrevistado 20).

Mais fácil. É bem mais fácil, o preço também é bem mais em conta. Tu não paga, tipo, os 6% em cima da nota fiscal. Tu paga só aquele valor fixo por mês e deu. Ai fica mais fácil pra ti trabalha (Entrevistado 2).

Pela questão de quando tu vai fazer uma venda pra clientes, e tu precisa porque hoje no mercado se tu vai atende hoje um cliente um pouco mais de potencial tu precisa te formalizado a tua empresa (Entrevistado 7).

Conforme as falas dos entrevistados, percebe-se o quão importante foi a criação da figura jurídica do microempreendedor individual, e que grande parte busca no registro como MEI ter um negócio formal, confirmando os dados da pesquisa nacional conforme Sebrae (2017, p. 9):

Enquanto um terço dos MEI afirmaram que o principal motivo para o registro como MEI foi o acesso a benefícios do INSS, 61% citaram benefícios relacionados a ter um negócio formal, como a possibilidade de emitir nota fiscal, crescer mais como empresa e o simples fato de ser formal. Ou seja, há vários segmentos distintos de MEI, com características e necessidades diversas.

Essa informação se reforça com a pesquisa realizada no estado de São Paulo, na qual foi questionado quais as vantagens de ser MEI e o motivo mais citado pelos MEIs de São Paulo foi “Estar legal perante o Governo” (SEBRAE/SP, 2017, p. 30), confirmando que a busca por formalização é um dos principais motivadores dos indivíduos que abrem um CNPJ registrados como MEI.

De acordo com as regras que regem a forma jurídica MEI um dos direitos conforme Portal do Empreendedor é a possibilidade de contratar até um empregado. Dessa forma, foi questionado aos entrevistados se os mesmos possuíam colaboradores, e dezenove declararam não ter colaborador, apenas um respondeu ter um colaborador de carteira assinada. Inclusive um dos entrevistados demonstrou interesse em explicar sobre como funcionam as regras do MEI, conforme fala: “Não. Assim ó, tu até pode te um funcionário. O MEI tu pode te um funcionário e pode te renda até R\$60 mil por ano” (Entrevistado 2). Aproveitando essa informação, ressalta-se que o MEI se compõe por indivíduos que trabalham em negócios

próprios, e os mesmo desempenham todas as funções necessárias para a manutenção do negócio.

Um dos fatores motivacional mais citado como motivo para registrar-se como MEI foi a questão da possibilidade de contribuir com INSS e utilizar dos benefícios proporcionados como: aposentadoria, auxílio-doença e salário-maternidade. No entanto, apenas um entrevistado relatou já ter utilizado benefício da previdência desde sua formalização.

Em síntese pode-se descrever que os MEIs do município de Cruz Alta, tomaram conhecimento do registro como MEI através de amigos e familiares, grande maioria já trabalhava com negócio próprio de maneira informal, sendo que os principais motivos da formalização estão relacionados principalmente a questões de ter um negócio formal, seguido dos benefícios da previdência. E ainda, os microempreendedores não possuem colaboradores de carteira assinada e não utilizaram benefícios previdenciários.

5.3 Percepção sobre o apoio do governo na continuidade das atividades como MEI

Neste subcapítulo, apresentou-se a percepção dos entrevistados quanto ao apoio do governo para o MEI e para a continuidade e o fortalecimento dessa forma jurídica.

Na primeira questão abordada aos MEIs, buscou-se compreender se eles percebiam que existe apoio para a continuidade de sua atividade por parte do governo, grande parte dos entrevistados relatou não perceber incentivo do governo após a formalização, eles reconhecem as facilidades para formalizar o negócio, mas não percebem apoio para a manutenção ou expansão da atividade. Informações comprovadas na fala do Entrevistado 19 quando disse “*Eu acho que só tem facilidade pra formaliza, depois não tem suporte, na verdade é só pra ti registra a empresa*”. O Entrevistado 13 confirma dizendo “*Não percebi durante esse tempo*”. Ainda sobre a questão, alguns entrevistados declararam que sentem falta de incentivo para a ampliação do negócio, pois não há acesso a financiamentos, conforme os seguintes trechos:

Eu vejo que o valor pra ter o negócio é acessível, mas eu acho que ainda falta. Eu vejo pouco incentivo até pra questão do financiamento. Eles até proporcionam, mas aqui na cidade eles dificultam, tu chega lá e 'ah a tua atividade não dá'. É por ramo sabe. Tem setores que já são beneficiados. Esperamos que futuramente abranjam mais setores, né (Entrevistado 15).

Eles inseriram, mas não apoiaram. Tipo assim, eles jogaram, tu pode sê MEI, eu posso sê MEI. Ah agora o governo tá ajudando os empreendedores. Entre aspas,

porque o que acontece, ele ajuda a cadastra e vamos dizer assim e fazê aquele vínculo pra ti contribui pro INSS, mas ele não te deu crédito pra isso. E como que eu vou sé um empreendedor se eu não tenho crédito. Da onde que eles tiraram da cabeça que um empreendedor sem crédito, o que que ele é? Não é nada. Então, assim óh, eu tenho sonhos eu tenho glamour, mas eu não tenho dinheiro. Eu não tenho dinheiro pra injeta, eu não tenho capital de giro, eu não tenho dinheiro pra monta a minha loja, eu não tenho nada. Eu tenho que sair na cara e coragem e vamo lá e vamo lá. (Entrevistado 7).

Eu acho que incentiva em parte pras pessoas, não trabalhar frio assim. Mas assim, a única que vantagem que tem é essa, tu tá registrado, se te acontece alguma coisa tu tá segurado. Tu tem o teu NPS, tudo. Mas assim, não tem, o governo não tem, tipo assim. Acho assim, que faltava um pouco mais o governo quere investi um pouco mais e quere ajuda as pessoa. Porque assim, ninguém que fica trabalhando o resto da vida sozinho, né. Se tu vai bota uma firma, tu não vai quere passa o resto da vida trabalhando naquele quadradinho, tu que aumenta. Então falta um pouco de incentivo do governo pra aumenta, expandi um pouco. O governo poderia facilita, financiamento essas coisas, pra fica mais fácil. [...] O governo deixa de incentivar tipo uma ajuda, hoje se tu for lá tipo quere faze uma oficina, quere aumenta. Poderiam dá uma ajudinha, porque tem tanto beneficio que eles dão. Podiam ajuda também o MEI. Nessa parte eles são porque tipo, depois que tu fez o MEI, tipo, agora te vira. Te dão a vara e o anzol, vai pescar. E agora te vira. Te vira, que se tu consegui vai, se não consegui é problema teu” (Entrevistado 2).

No geral os entrevistados não percebem apoio, e ressaltam a falta apoio e orientação para a manutenção do negócio, inclusive alguns citaram o fechamento da Unidade do Sebrae na cidade de Cruz Alta como uma grande perda para os MEIs, que por consequência dificultou o acesso à informação e a serviços rotineiros. A importância da atividade do Sebrae para os MEIs pode ser confirmada, conforme a seguintes falas dos entrevistados:

“Eu acredito que os governos que estão entrando agora, parece que na verdade eles tão até querendo tirar o MEI, né. Porque muitas coisas já mudou do MEI. Por exemplo aqui nos tinha o Sebrae que dava muito apoio né. Hoje não tem mais. Porque eu não sou muito ligado a internet, porque as pessoas faz muito pela internet, mas se eu precisava de alguma coisa eu ia lá e eles faziam tudo de graça pra mim. Eu até podia perde uma tarde, mas eu tava ganhando uma tarde. Eu ganhava uma tarde, porque além não só de fazer, além de fazer eles tavam me explicando. Então era muito bom. E isso aí nos já perdemos aqui em Cruz Alta, não sei porque. Então, eles te davam muitas explicações, porque geralmente quem tem o MEI é pessoas, pessoas que nem a gente assim trabalhador do dia a dia. Ou mulheres e homens que eram sacoleiros ou coisa parecida, essas coisas assim, que não tem muito estudo. Se tu vai vê eu não tenho estudo, a minha esposa, não tem tanto estudo assim, então a gente vai recorrer a quem? E hoje nós não temo. Então esse é o meu pensamento (Entrevistado 20).

Olha até acho que antes era melhor, agora tá meio assim. Porque basta sé que antes nós tinha até o curso aqui, que nós fazia tudo, e todos os anos nós tinha que renovar. E agora não, agora tu vai lá na prefeitura e só pega o papel e sai. Sabe não tem mais aquele acompanhamento. Aquele apoio deles (Entrevistado 8).

Tem, tem bastante ajuda do Sebrae, que o Sebrae eu acho que é do governo né. O Sebrae apoia bastante. Que tinha em Cruz Alta, agora não tem mais. Era bem bom, eles faziam oficinas e coisa, até acompanhamento de caixa, era bem legal pra ti fazer tua declaração de imposto de renda. Agora não tem mais. Agora tu tem que fazer em casa, uma judiaria (Entrevistado 18).

Atualmente os MEIs registrados em Cruz Alta estão sendo atendidos na chamada Sala do Empreendedor em anexo a Prefeitura Municipal de Cruz Alta, conforme constatado por visita realizada pela presente pesquisadora. Porém, por não se tratar do objetivo principal do estudo não foi realizada investigação maior acerca do motivo dessa mudança.

No entanto, percebeu-se que apesar de alguns entrevistados terem alegado a falta de apoio, citando como exemplo o fechamento do Sebrae muitos não participavam das reuniões ou desconheciam os cursos e serviços ofertados, conforme fala do Entrevistado 16 que disse “*Eu não sinto falta, quanto menos reunião melhor pra mim*”, seguindo o Entrevistado 12 disse “*Eu vi um tempo que tinha uns cursos no SEBRAE, mas eu nunca participei*” e o Entrevistado 4 relata que “*Tem cursos, seguido o Sebrae oferece cursos. Diversas áreas. Já teve assim umas quantas palestras. Eu vou em pouca coisa, até não vou muito [...] mas eu sei que oferecem um apoio*”.

Por outro lado, aqueles microempreendedores que participavam das atividades oferecidas pelo Sebrae relataram que a falta dos serviços foi uma perda significativa, conforme as seguintes falas:

Ah esses tempo atrás eles faziam, eles faziam esses treinamento que nem eu te falei. Treinamento pra Microempreendedor, pra ti aprender a comprar e vender. Tipo eles faziam, agora faz tempo, que não fazem mais. Mas eles faziam. Tinha bastante gente que ia, era lá no Sebrae, uma vez que eu fui tinha umas trinta e poucas pessoas. Eu achava bem legal aquilo ali. Eu fui lá no Sebrae esses dias, mas agora a gente tem que ir direto na prefeitura (Entrevistado 2).

O Sebrae quando tava aberto aqui eles tinham um dia por mês que era marcado pra todos os MEIs irem tirar dúvida e fazer cadastro. Mas agora fechou, né. Fechou, agora só tem um cara que atende. Digamos assim, tu liga pra ele e ele vai na tua empresa, mas não tem mais tipo lá a sede (Entrevistado 5).

Olha eu fui duas vezes tenta apoio no Sebrae e duas vezes eles me mandaram falar com um cara pelo celular e eu tentei falar com o cara, o cara me deu umas dicas pelo telefone, mas nunca consegui falar com ele pessoalmente. Eu acho que aquele apoio que o Sebrae deveria pegar pesado junto desses micro é hum hum... É simplesmente jogado. A gente não vê incentivo de lado nenhum pro micro. Só que daí qual é a ajuda? Não tem. Tu não consegue tira uma dívida. E agora como tu falou, tem 2 mil e poucos MEI. Mas porque que esses caras se abandonam tudo? Porque não teve apoio gente. Porque assim, o cara lá que faz o churrasquinho, nada contra, mas tipo assim, aquele cara que faz o churrasquinho, ele bota lá no sistema, mas daí ele olha aquilo, "mas o que que é isso aqui cara?" Ele não tem um curso, eu acho que deveria ter umas aulas, pra reunir o pessoal, pra mostrar como que faz pra emitir nota. As pessoas não sabem isso gente. Daí eles jogaram isso, e daí as pessoas não pagam nem o boleto, porque elas não sabem nem imprimir o boleto. Eu acho que a gente tá prejudicado nisso (Entrevistado 7).

Nota-se que a percepção que os entrevistados têm em relação a atuação do Sebrae, vai além de uma instituição facilitadora para a abertura de seus empreendimentos, ele

representava, para os MEIs município de Cruz Alta/RS, uma fonte de informações e apoio para a administração do negócio.

5.3.1 A contribuição do MEI para o desenvolvimento do município na percepção

Realizou-se o questionamento aos entrevistados sobre se eles percebiam que o microempreendedorismo individual contribuía para o município de Cruz Alta. A maioria respondeu positivamente, alguns detalharam dizendo que tal contribuição é pequena mas existe, sendo melhor do que quando os MEIs estavam informais. Outra contribuição citada está relacionada a geração e distribuição de renda, devido a dar possibilidade aos indivíduos em vender ou oferecer serviços, além da possibilidade de os microempreendedores atuarem fora do centro da cidade.

Referente a contribuição por meio do recolhimento de imposto, confirma-se com as seguintes falas:

Mas com certeza, porque mesmo sendo pouco o que tu paga, o pouco vai tá entrando nos cofres públicos. É bom tu paga pouco, o ruim é tu não paga nada. Agora olha quantas pessoas no país que tem o MEI, e que vai paga um troquinho todo mês (Entrevistado 20).

Eu acho que conta muito, que pelo menos tu tá pagando. Porque tem uma porcentagem que tu paga que vai para a prefeitura. Eu acho que contribui sim, melhor que tu trabalha sem, se tu não paga tu não contribui com nada (Entrevistado 18).

Eu acho que sim, de certa forma tu passa. A partir do momento que algo se torna legal tu passa a contribuir né. Então eu imagino que hoje boas parcelas possam até ser desviado, mas alguma parcela é aproveitada né (Entrevistado 12).

Quanto a geração de renda, alguns entrevistados demonstraram compreender a importância da atividade do MEI como uma forma jurídica que possibilita a geração e distribuição de renda. Corroborando para questão já levantada por Telles et al (2016) quando se refere ao microempreendedor como o indivíduo que busca transformar sua realidade e buscando seu sustento por meio do negócio próprio.

Eu acho que sim, porque ele facilita, que tu pode colocar um negócio em qualquer canto na cidade, nas vilas, ele roda né. Não fica só em pontos grandes. Todos ganham, circula o dinheiro (Entrevistado 16).

Com certeza. Sim por exemplo, eu não tenho funcionário, por enquanto, porque trabalha eu e o meu marido. Mas gera bastante aqui, olha quantas pessoas tem e quantos tem funcionário. Tem pessoas que tem dois funcionários, quase a maioria. Tem uns que não tem nenhum, né, mas tem uns que tem até dois. Eu não tenho, mas tem gente que tem em casa também. Porque ganha bem aqui e paga funcionária em casa. E aí tem pessoas aqui que empregam dois funcionários e mais a funcionária

da casa deles, entendeu. E quando a gente tava lá em cima, tinha mais funcionário ainda. Bae, lá em cima gerava bastante. E outra coisa, tudo que a gente trabalha a gente gera também óh, agora nós temos a lancheria ali. Mas fora isso, tem um monte de gente que vem vende coisa e a gente compra, tudo tá gerando e ajudando a pessoa. Aqui todo mundo se ajuda, uma vende cuca, vende isso, vende aquilo. Não gero emprego, mas gero ao compra dessas pessoas ambulantes. Tá sempre gerando renda pra umas quantas pessoas. A gente reparte, entendeu (Entrevistado 9).

A segunda questão relacionada ao município, refere-se a percepção que os entrevistados têm da existência de dificuldades ou facilidades para ter um negócio em Cruz Alta. Essa questão dividiu opiniões, apresenta-se aqui algumas das falas dos entrevistados, aqueles que apontaram dificuldades, citaram: burocracia, livre concorrência de comerciantes externos, falta de organização dos empreendedores, desvalorização dos serviços, informações confirmadas nas seguintes falas:

Eu acho que é bem difícil ter um negócio em Cruz alta. O que eles podem trancar, eles trancam. Eu já tentei fazer um evento aqui, duas ou três vezes no ano e eles trancam. Um tanto é burocracia, e um pouco falta de vontade mesmo. Quando não tem um contato, fica bem difícil (Entrevistado 19).

A nossa cidade tem um problema muito sério que acho que os outros vão te falar também que é a questão das feiras. As feiras prejudicam muito nós. Claro que eles te dão a oportunidade de expor lá se tu quiser, mas pra gente fica difícil, porque tu vai deixar a tua loja que não é tão grande assim, tem que contratar funcionário, tem que pagar lá também. E os preços pra competir com eles. Então é bem complicado (Entrevistado 16).

Tem dificuldade, nossa cidade ainda é bem fechada, vamos dizer assim. Porque ainda falta, podia ter uma feira de empreendedores pra mostra quem são os empreendedores da cidade. Ter mais incentivo, deveria ter, poderia. Mas de repente as coisas andam. Porque ainda é uma coisa recente (Entrevistado 15).

Percebe, como te falei, um pouco na minha área, essa questão de tê muitas empresas, muitas pessoas que vão ali e meio que com o perdão da palavra 'prostituem' o serviço. Fazem por um preço muito baixo, então desvalorizam o serviço. Essa eu diria que é a principal dificuldade que eu encontro hoje (Entrevistado 12).

Já outro grupo de microempreendedores não citou dificuldades, mas descreveu que a atividade é construída todos os dias e que é necessária persistência do empreendedor, conforme descrito:

Eu acredito que fácil não é né. É uma caminhada, eu acho que. Eu quando vim pra cá. Eu ficava doze horas e não vendia quase nada. Daí, é uma construção né. Tu tem que ter persistência. Não é que seja fácil, mas é uma construção (Entrevistado 11).

É que depende, pra nós aqui foi fácil. Mas a gente já vem de anos, né. Mas tu tem que escolhe uma coisa. Tu vai empreende numa coisa que gira né. Tipo, eu to achando que hoje em dia, que tá essa crise. O que tá girando, É farmácia, alimentação e celular né. Por isso que a gente vende bem, a gente tem capinha,

película essas coisas de celular. Ai gira. Porque na roupa, a gente tá vendendo pouco. Nesses últimos meses eu não vendi nem pra pagar as compras. E outras coisas gira. Dependendo do que for coloca, tem sucesso. E trabalhar né, porque não adianta (Entrevistado 9).

Olha eu não me queixo aqui de cruz alta, eu acho que pra mim aqui deu certo. Tem dias que tá menos, tem dias que tá mais. Mas eu acho que é em geral, pra todo mundo né. Então eu acho que Cruz Alta aqui é bom. Eu não me mudaria de Cruz Alta pra por em outro lugar (Entrevistado 8).

Este capítulo buscou apresentar a caracterização dos indivíduos entrevistados e questões acerca da atividade microempreendedora individual, de acordo com o proposto nos objetivos específicos. O seguinte capítulo apresenta questões realizadas aos entrevistados e relacionadas ao desenvolvimento como liberdade com o objetivo de responder a investigação proposta.

6 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE E O MICROEMPREENDEDORISMO INDIVIDUAL

Na busca de evidências do Desenvolvimento como Liberdade no microempreendedorismo individual buscou questionar os MEIs de forma que eles apresentassem em suas falas significados que caracterizassem suas percepções acerca de ser microempreendedor e expansão das suas liberdades após o registro como MEI.

Para isso, foram realizadas as seguintes perguntas: (1) Você percebeu melhores oportunidades sociais a partir do registro como MEI? (2) Percebeu maior oportunidade/reconhecimento na sociedade? (3) O que representa para você ter um negócio próprio? (4) Você incentivaria outras pessoas a ter um negócio próprio? (5) Você acredita que o empreendedorismo pode melhorar a qualidade de vida das pessoas? (6) Você voltaria a trabalhar como empregado? (7) Você se sente realizado em sua atividade como microempreendedor?

A primeira questão está relacionada as chamadas liberdades substantivas, conforme Sen (2010, p.18), tais liberdades relacionam-se diretamente com a falta de recursos econômicos, “que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico”.

Nesse sentido, questionou-se aos microempreendedores se perceberam melhores oportunidades sociais a partir da atividade como MEI. Como resposta a essa questão os entrevistados declaram positivamente que como MEI perceberam melhor acesso, em consequência da melhor renda, como declara o Entrevistado 4 “*Sim, a gente tem mais oportunidade de né, de ter um padrão melhor, um pouco melhor de vida*”. Percebe-se na declaração que o respondente demonstra que sua atividade proporciona melhor renda, e dessa forma oportuniza melhores condições de vida, conforme o mesmo descreve como “um padrão melhor” de vida.

O trecho da fala do Entrevistado 2, também corrobora quando ele cita um exemplo de como ele percebe que as suas condições de vida melhoraram:

Tipo assim, quando era funcionário, recebia uma vez por mês, pagava as contas e passava o resto do mês esperando recebe de novo. Esses dias nos tava falando, o dia que nos fomo troca de carro, que nunca nos tinha mil real guardado, naquele dia nos tinha. Então é uma coisa assim ó, que todo o tempo que eu trabalhei de empregado, eu nunca cheguei, entrava mês e sai mês com 100 pila no bolso. Nunca conseguia junta. As veis tu perde um negócio, tu vê a promoção de alguma coisa, tu não vai compra, porque tu não tem o dinheiro. E isso já deu pra nota a diferença, que a gente consegue junta um pouco de dinheiro. Quando eu era empregado, eu não tinha prestação de carro, hoje eu posso paga uma prestação. Ih melhorou um eito (Entrevistado 2).

A fala desse MEI demonstra que ele percebe e comenta com sua família o quanto sua condição de vida melhorou, exemplifica isso quando cita que a partir da atividade como MEI ele teve o acesso às transações econômicas.

O entrevistado 9 completa o fechamento dessa questão relatando:

[...] Não vou dizer que a gente é rico, a gente não é rico mesmo, mas a gente ganha bem pra sobrevive, pra faze as coisas que a gente gosta. A gente qué compra um carro, vai ali compra e consegue pagar. Que ajeita umas coisas na casa, ajeita. Que sai vai, tem dinheiro. Que come fora, tem essas coisas. Mas é assim, a gente trabalha de manhã cedo, até agora, tu vê são oito horas, a gente vai embora, oito e pouco nove horas, no domingo a gente trabalha. Se a pessoa trabalha ela tem sim. Tem que baixa a cabeça e trabalhar.

Esse trecho traduz o que grande parte dos entrevistados buscaram apresentar em suas falas, pois quando diz “a gente ganha bem [...] pra fazer as coisas que a gente gosta” demonstra plenamente a afirmação de Sen (2000, p. 107) quando refere-se as “capacidades de as pessoas fazerem coisas que elas têm razão para prezar e na sua liberdade para levar o tipo de vida que elas com razão valorizam”.

O seguinte questionamento referiu-se a oportunidade e reconhecimento que o microempreendedor tem da sociedade. Buscando compreender se após o registro como MEI o indivíduo passa a ter maior acesso ao mercado e melhor reconhecimento perante os diversos empreendedores. O trecho do Entrevistado 7 diz “Ah bastante. [...] parece que as pessoas te vê de uma forma diferente. E quanto mais tu vai crescendo, as pessoas parece que vão te inserindo mais”. O Entrevistado 3, também confirma dizendo que:

Ah, com certeza. As pessoas te encaram e te tratam de outra forma porque tu tem.. Na verdade eu, por exemplo, que trabalho com o meu nome na empresa. As pessoas já te “ah é o fulano, ele trabalha com penteados, e faz isso e faz aquilo e tal.” Então tu é tratado, com certeza, de outra forma.

Para complementar o Entrevistado 8 diz que a situação é melhor, e que as outras pessoas pensam “*ah essa pessoa é uma pessoa que trabalha, que tá lutando que não tá ali sentada acomodada*”. Esse relato demonstra que o microempreendedor é bem-visto no meio social, já adquiriu um reconhecimento entre as pessoas, percebido como indivíduo que age. Essa concepção de indivíduo agente é defendida por Sen (2000, p. 33) quando o autor defende a “condição de agente” do indivíduo que para ele refere-se a “alguém que age e ocasiona mudanças e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos”.

A terceira questão buscava compreender o que representa ter o negócio próprio, empreender. Essa questão buscou fazê-los refletir e verificar qual o significado de ser MEI para eles. Buscamos apresentar o máximo possível dos trechos mais importantes, pois tais declarações corroboraram para a compreensão do quão significativo é para o MEI ser dono do seu negócio.

Seguem alguns trechos que representam a ideia comum quanto ao sentimento de ser microempreendedor captado durante a pesquisa. Para o Entrevistado 13 “*Representa uma conquista*”, para o Entrevistado 1 “*Representa a realização dos meus sonhos*”, o Entrevistado 18 disse “*Acho que tudo. Ah, é realização, liberdade, felicidade*” e o Entrevistado 9 declarou “*Olha, o que eu vou te dizer. Representa felicidade, representa.. Ah, pra mim é tudo de bom, não sei te explica assim. Mas é tudo de bom*”. O Entrevistado 3 relata que é uma questão de evolução, quando disse que para ele representa “*A independência. Independência pessoal, independência financeira. Faz com que eu cresça, eu aprenda com as dificuldades*”.

Outros entrevistados ainda fizeram declarações mais extensas, abordando exemplos de onde eles percebem pontos positivos, citando liberdade, a possibilidade de fazer o próprio horário, fazer a própria renda, o reconhecimento e honra de ver o negócio crescer, inclusive a questão da liberdade de poder participar da pesquisa no horário de serviço:

Fazer o diferencial e liberdade. Claro que tu tem que fazer, se tu não fazer tu não ganha. Mas é tua liberdade, porque tu trabalha, ganha, pode fazer os teus horários e se mantê nisso. Acho que isso é muito importante (Entrevistado 19).

A independência. Primeiro a independência, tu ter o teu dinheiro. Me proporciona assim de tu ter a oportunidade de tu crescer, porque depende só de ti. E também mais satisfação pelo teu trabalho está sendo reconhecido (Entrevistado 15).

Representa liberdade, representa mudança desde comportamental até na maneira de viver, assim. Hoje, apesar de eu fazer meus horários eu procuro me desenvolver muito, tanto meu lado pessoal, quanto minha vida profissional. Sempre buscando alcançar minhas metas, então cada vez eu procuro evoluir um pouco, e eu acho que é isso (Entrevistado 12).

Pra mim é uma questão de honra assim, de tu começa com uma sacola e daí tu tem uma banca e daí tu investi na banca, aumenta a banca, tem o banheirinho na banca, então é uma questão de honra. Uma mudança de vida, uma mudança grande (Entrevistado 11).

É uma coisa assim, tipo a tua liberdade. Em comparação, agora tô aqui conversando contigo, se eu quero vo me embora, eu vou. Se eu resolvo, há, hoje eu não tô com vontade de ir cedo, não vou ir, porque é meu. Fica um pouquinho fechado, mas depois eu recupero (Entrevistado 8).

Nos trechos apresentados, compreende-se que os entrevistados percebem que ser MEI representa liberdade, pois a atividade promove essa possibilidade além de demonstrarem sua oportunidade de escolha de como desenvolver seu negócio. Afirmações que vão de encontro a definição de liberdade de Sen (2000, p. 31) “a visão de liberdade aqui adotada envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstancias pessoais e sociais”.

Um ponto interessante está no quanto o microempreendedor se mostra motivado e motivador em sua atividade profissional, pois quando questionados sobre se eles incentivariam outras pessoas a ter um negócio próprio todos afirmaram que sim. Conforme o relato do Entrevistado 20 que disse “[...] todos os dias eu incentivo as pessoas a colocar um negócio próprio”, e o Entrevistado 12 falou “com certeza, posso dizer que minha vida melhorou mil por cento”. Inclusive o Entrevistado 8 declarou que incentivou seus filhos a saírem dos empregos para abrir um negócio próprio, conforme o trecho “ah eu incentivaria. Basta dizer que meus filhos todos são. Uma trabalhava no hospital, a outra trabalhava na antiga Riachuelo, e tudo eu tirei eles pra eles terem o negócio próprio deles”. Percebe-se que todas as declarações reforçam a percepção de satisfação dos MEIs e a vontade de “contagiar” a família e os amigos. Essa satisfação e o incentivo ao empreendedorismo, pode ser explicado por Sen (2010, p.54), quando diz que “a eficácia da liberdade como instrumento reside no fato de que diferentes tipos de liberdade apresentam inter-relação entre si, e um tipo de liberdade pode contribuir imensamente para promover liberdades de outros tipos”, dessa forma, o microempreendedor ao experimentar a liberdade das facilidades econômicas, alcança outras liberdades e dessa forma torna-se incentivador daquela oportunidade que lhe gerou tal liberdade.

Na sequência, foi questionado ao microempreendedor se acreditava que o empreendedorismo pode melhorar a qualidade de vida das pessoas, questão que a essa altura da entrevista já havia sido praticamente respondida. Mas mesmo assim, os entrevistados compartilharam respostas que agregaram ao presente estudo. Os principais fatores de qualidade de vida citados na visão dos entrevistados foram: satisfação, autoestima e

reconhecimento, liberdade de horários e estar presente da família. Conforme comprovado nas falas do Entrevistado 19 que disse “*Eu acredito que sim porque se a pessoa tá satisfeita, tá feliz com o que tá fazendo ela já vai te uma vida melhor*” e do Entrevistado 11 relata “*Com certeza. Auto estima, pessoa está trabalhando, está sendo útil. Financeiramente também o retorno é bom*”. Ainda algumas falas que defendem a qualidade de vida por meio da autoestima e reconhecimento:

Pode, pode. Até a autoestima, né. Porque as vezes tu fica lá, bah.. Te chamarem de sacoleira é uma coisa, agora te chamarem de empresária é outra. Porque eu já fui sacoleira uma vez, e dai as pessoas dizem, ah, lá vem a sacoleira. Então é bem melhor, muitas pessoas não só eu tem muitas pessoas que a gente vê que falam isso sabe. [...] Então eu acho que pra autoestima da gente, pra levanta a moral MEI é muito bom (Entrevistado 18).

Pode. E muito. Eu acho que se cada um, vamo dizer assim, óh. Eu acho que as pessoas se sentem melhores porque elas se sentem útil. Então, vamo dizer assim, óh, tu tê o teu próprio negócio, desde do teu pequeno negócio de tu fazê tuas bolachas e sai vende, eu acho que isso é mais gratificante que tu sê um empregado. (Entrevistado 7).

Alguns entrevistados enfatizam a questão da liberdade de horários como fator de qualidade de vida, conforme as seguintes falas:

Sim, tu trabalha em casa, né. [...] Porque se hoje ou amanhã tu resolve i faze qualquer coisa, né, é tu que comanda teus horários. [...] Esses dias nós tava conversando, mudou um eito, né, porque a gente foi comprando umas coisas. Tinha pouca coisa, e fomo juntando, e fomo né. E acho que cada veis vai melhora (Entrevistado 2).

“Melhora, muito, muito. Flexibilidade de horários é tudo, os rendimentos. Tu tem mais vontade de trabalhar pra você. Satisfação, porque tu não fica preso, se tu quer começar mais cedo tu começa, tu quer ir até mais tarde tu vai. É bem melhor, nossa (Entrevistado 16).

Ainda entre os fatores de qualidade de vida, a possibilidade de ter maior tempo para aproveitar a família foi citados entre os entrevistados. Comprovados pelas falas dos Entrevistado 8 que enfatiza a questão de poder participar mais da família “*Melhora sim. Tá com a família, de tu pode viaja, de tu pode visita um amigo, de tu pode tá com teus filhos*”. E ainda o Entrevistado 6, que relata a facilidade para quem tem criança pequena:

É tu vai consegui tipo, quem tem criança principalmente consegue fica mais em casa. Tu convive mais com as pessoas né. Se eu tava trabalhando não ia tá sentada aqui agora. Não ia lá visitar a vó. Eu não ia, né. Porque tu tem que cumprir aquele horário, mas tu tando em casa, tu vai cumprir o horário de trabalho, mas tu não deixa de recebe uma visita, um visinho, conversa, né.

A sexta questão fazia o microempreendedor pensar sua atividade e comparar com a situação em que havia trabalhado como empregado. Para retirá-los da zona de conforto e fazê-los responder de forma mais espontânea possível e conseguiu-se tais respostas, através das expressões faciais que demonstravam quando respondiam. A questão sobre se eles voltariam a trabalhar como empregado era a questão em que eles riam e declaravam sua compreensão sobre ter um emprego. Declarações como a do Entrevistado 6 que disse “*De jeito nenhum*” e do Entrevistado 17 “*Olha, só se me pagasse bem. Não vale a pena, vai trabalhar o dia inteiro aí pra ganhar uma miséria*” demonstram quanto o microempreendedor percebe negativamente a situação de ter um emprego formal. Ainda na fala do entrevistado 16 “*Não, nunca mais. Um pouco pela liberdade e também pelo que eu ganho*” está explicitamente citada a liberdade como justificativa para sua resposta. Ainda sobre essa questão seguem algumas das declarações, trazidas aqui devido sua relevância de conteúdo demonstrando as evidências buscadas no objetivo desse estudo:

Não. Porque hoje eu aprendi a ser empreendedor. A empreender. Eu não me vejo não empreendendo. Hoje se não existisse mais marketing digital, eu empreenderia em outra área voltada a isso. Ou assessoria direto para a empresa. Alguma coisa assim, mas eu não me vejo trabalhando como empregado mais (Entrevistado 1).

Hoje eu não volto. Eu já tive oportunidade de voltar a trabalhar, mas hoje eu não volto, porque inclusive está dando certo. Eu tenho recebido bastante retorno [...] tanto da família como de fora, então eu acho que hoje é mais pessoal. Pra mim voltar hoje só se não desse certo (Entrevistado 19).

Não, porque a gente ganha bem mais, né. Daí não precisa. Não tem horário pra trabalhar, o horário é a gente que faz. E aí tu é dono do próprio negócio é bem melhor. Porque daí tu pode, tu se sente a vontade (Entrevistado 9).

Não, não trabalharia. E eu com 67 anos, eu recebo. É pouco, é um salário que eu recebo do INSS. É daqui que eu tiro, porque se fosse só por ali, eu acho que quando muito eu ia pagar água e luz. E daqui eu tiro pra viver uma vida melhor. Eu tenho meu carinho, eu tenho sabe, coisas boas. Que nem eu tô aqui, aqui eu tô com meus colegas, agora nós tava com um ali que sofreu um acidente. Nós fizemos uma festinha, então são muitas coisas boas pra nós (Entrevistado 8).

Por fim, o último questionamento referia-se ao sentimento de realização, buscando encontrar evidências de que o MEI após verificar que percebe melhor reconhecimento social, suas aumentaram suas liberdades por meio do poder aquisitivo, ele incentiva outras pessoas a ter um negócio próprio buscou-se verificar se eles sentiam-se realizados, e confirmou-se que sim. Os MEIs relatam satisfação em suas atividades, como o Entrevistado 1 que disse “*Com certeza, eu me sinto realizado e muito feliz*”, o Entrevistado 5 que relata “[...] *melhor do que ser funcionário. Acho que se eu fosse funcionário eu ia tá muito brabo. Chegar todo dia*

cansado em casa”. Ainda o Entrevistado 7 disse “*Bastante, muito. Eu posso dizer que hoje eu tô fazendo o que eu gosto*” e o Entrevistado 17 descreveu que “*Se eu disser que não vou tá mentindo. Sim né, porque quem não quer estar em casa*”.

Ainda sobre a questão da realização, dois entrevistados fizeram declarações importantes, relacionadas à família demonstrando quanto o MEI oportuniza a possibilidade de conviver mais no âmbito familiar, conforme representado pelas seguintes falas:

Sim, me sinto. Muitas vezes quando eu trabalhava de carteira assinada, a minha guria quando era pequeninha eu saia de manhã ela tava dormindo, eu voltava de noite ela tava dormindo. Então muitas vezes tu não vive pra família. E não vive com a família, só nas horas que te sobram. Então tu trabalhando por conta assim, tu pode tirar um tempo, que nem eu tiro, eu voltei a estuda. E tiro, ali pelas cinco e meia, quinze pra seis eu encerro, e vou tomar um mate com a esposa. Se eu to de empregado não (Entrevistado 20).

Eu me sinto realizada sim. As vezes tenho vontade de fazer mais. Eu não faço mais porque eu tenho uma netinha que eu cuido. Mas ela não me atrapalha em nada. A gente da mais prioridade né. O bom esse do MEI é isso, tu dá prioridade pra umas coisa que é mais importante e vai trabalhado conforme teu horário dá, facilita (Entrevistado 18).

Através do exposto, a presente pesquisa verificou evidências empíricas do Desenvolvimento como Liberdade no microempreendedorismo individual, confirmadas nas declarações dos entrevistados. Retomando as entrevistas afirmaram que os indivíduos reconhecem melhores oportunidades sociais, demonstraram que não desejam voltar a ter um emprego, ressaltaram o quão é satisfatório e libertador ter o negócio próprio, o quanto incentivam outras pessoas a serem microempreendedores, além da qualidade de vida percebida e por fim, a realização de ser um microempreendedor individual.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Desenvolvimento como Liberdade proposto por Amartya Sen é uma abordagem abrangente e admirável por sua capacidade de trazer discussões tão importantes com tal esclarecimento. Ao buscar defender que o desenvolvimento deve ser medido não pela riqueza, mas pela liberdade individual provoca reflexões que revolucionam a percepção de desenvolvimento e oferecem infinitas alternativas para que todos repensem acerca da vida.

O presente estudo teve como questionamento verificar se existiam evidências empíricas que aproximassem a abordagem das liberdades individuais em Amartya Sen, com o microempreendedorismo individual. E a cada entrevista essa resposta foi sendo construída e fortificada, por meio de declaração, expressões, exemplos e sentimento de liberdade, tão defendidos por Sen (2010).

Dessa forma, ao analisar o microempreendedorismo individual, através do recorte de pesquisa, sob a abordagem das liberdades individuais em Amartya Sen despertou na pesquisadora um sentimento de gratidão pela escolha do tema de pesquisa. Ao verificar que a teoria do economista é composta de sabedoria e bom senso e plenamente aplicável as questões do microempreendedorismo individual.

Pode-se dizer que, desde a caracterização do perfil dos MEIs, já era possível relacionar as informações obtidas com as discussões propostas por Sen. E no momento da aplicação das entrevistas os participantes com suas formas de expressão e suas falas transpareciam suas conquistas através da oportunidade de ser dono do próprio negócio. Muitos foram receptivos a pesquisa, não se importando em serem gravados, em dedicar um tempo a conversa e principalmente a exemplificarem suas conquistas. Demonstraram que a criação do MEI proporcionou a eles um reconhecimento e uma legalização que não seria possível se dependessem de ter uma empresa formal que exige investimentos e custos mensais maiores. Demonstrou também o quão o microempreendedorismo deu acesso a melhores condições de vida e qualidade de vida, que não seriam possíveis através de um emprego formal. Relataram o quanto são incentivadores do MEI e que não voltariam a trabalhar como empregado, pois hoje possuem liberdade de horários, de estar com a família e ainda ganham mais por isso.

Espera-se que os MEIs sigam a prosperar em suas atividades e continuem a incentivar outras pessoas a seguir o caminho do microempreendedorismo, pois se constatou por meio do presente estudo que os microempreendedores individuais desfrutam de liberdades não acessíveis por indivíduos que possuem um emprego formal. Oportunidades relatadas durante as entrevistas, e reconhecidas devido grande parte dos MEIs já terem sido empregados e demonstrarem o desejo de não voltar a trabalhar para outras pessoas.

As contribuições acadêmicas dessa pesquisa relacionam-se com a linha de pesquisa do Mestrado no momento em que buscou realizar uma discussão teórica acerca da prática do microempreendedorismo individual com base na abordagem de Amartya Sen acerca das liberdades e do desenvolvimento humano. Buscando verificar evidências empíricas da teoria de Sen (2010) na prática do microempreendedorismo individual e no papel do indivíduo como agente social ao buscar expandir suas liberdades e proporcionar seu próprio desenvolvimento. A fim de que se possa efetivamente reconhecer o papel do microempreendedorismo para o desenvolvimento não baseado em métricas relacionadas ao dinheiro, mas também ao valor que o indivíduo dá a sua liberdade de escolha e de fazer aquilo que valoriza, seja por necessidade ou por oportunidade.

Quanto às contribuições práticas, o estudo buscou contribuir na identificação de evidências empíricas da abordagem de Amartya Sen em uma parcela da população que gera renda e emprego e cresce anualmente, como alternativa ao emprego formal. Espera-se que tal estudo contribua favorecendo estudos relacionados ao bem-estar humano e a valorização do desenvolvimento como liberdade.

O estudo apresenta limitações quanto à abordagem por meio do método Bola de Neve. A pesquisa de campo poderia ter tido um número maior de participantes, sendo que a principal dificuldade foi a de conseguir indicações, e posterior agendamento das entrevistas. Além disso, a dificuldade em encontrar referencial acerca dos MEIs restringiu o estudo de dados secundários às pesquisas realizadas pelo Sebrae. Mesmo assim, tais informações foram essenciais, por oferecerem dados a nível nacional. Apesar das limitações apresentadas, o estudo buscou investigar e relacionar dois temas pouco explorados no campo científico, sob um enfoque qualitativo.

As recomendações para pesquisas futuras envolvem a possibilidade de ampliar tal pesquisa em outras localidades ou regiões, ou talvez uma proposta a nível nacional conjunta com a pesquisa já realizada pelo Sebrae. Além da possibilidade de ampliação das questões para que se possam ter ainda mais informações que contribuam para verificar evidências do Desenvolvimento como Liberdade no microempreendedorismo individual.

Ao concluir a pesquisa percebe-se o quão enriquecedor foi realizar o estudo, o qual nesse momento precisa ser finalizado, mas que ele seja uma semente para que novas investigações se dediquem a abordar tal tema. Conforme Minayo (1994, p. 25-26) “Diferente da arte e da poesia que se concebem na inspiração”, a pesquisa compara-se a um trabalho artesanal, baseado em conceitos, proposições, métodos e técnicas, e construído através de um “ritmo” próprio e particular. Tal ritmo a autora define como “ciclo da pesquisa”, sendo esse um processo de contínuo que inicia com um problema ou uma pergunta e termina com um “produto provisório” o qual pode dar origem a novos problemas.

REFERÊNCIAS

- BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. *Snowball (Bola De Neve): Uma Técnica Metodológica Para Pesquisa Em Educação Ambiental Comunitária*. **X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná: Curitiba, 2011.
- BATTISTUSSI, Fernando; ANTONELLI, Ricardo Adriano; BORTOLUZZI, Sandro César. Apuração e análise de resultados na produção de soja para pequenos produtores rurais. **Custos e Agronegócio Online**, v. 10, n. 3, 2014.
- CANTILLON, Richard. **Ensaio sobre a natureza do comércio em geral**. Tradução: Fani Goldfarb Figueira. Curitiba: Segesta Editora, 2002.
- CHRISPIM, Anna Carla Duarte; PESSOA, Geraldo Paes. A efetividade da Lei Complementar no 123/2006 para implementar a redução da informalidade. **Caderno de Finanças Públicas**, n. 13, p. 5-36, 2013.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. - São Paulo: Cortez, 2000.
- DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa, uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa**. São Paulo: Cultura, 1999.
- DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DOLABELA, Fernando. Minha visão sobre empreendedorismo. Disponível em: <<https://fernandodolabela.wordpress.com/about/>>. Acesso em 30 de junho de 2016.
- FILION, Louis Jacques. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. Tradução de Maria Letícia Galizzi e Paulo Luz Moreira. **Revista de Administração**, v. 34, n. 2, p. 05-28, 1999.
- GEM 2015, Global Entrepreneurship Monitor - Empreendedorismo no Brasil: 2015.
- GEM, Global Entrepreneurship Monitor Empreendedorismo no Brasil: 2016. Coordenação de Simara Maria de Souza Silveira Greco; diversos autores. Curitiba: IBQP, 2017.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Economia Informal Urbana (2003)*. Rio de Janeiro, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 out. 2016
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos da metodologia científica*. - 8. ed. - São Paulo: Atlas, 2017.

MARQUES, Guilherme Ramon Garcia. Analisando o desenvolvimento: a perspectiva de Amartya Sen. Revista Urutágua, nº 22 – set./out./nov./dezembro de 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PINHEIRO, Mauricio Mota Saboya. As liberdades humanas como bases do desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio. MELO, Rafael Veras Castro. A Contraditória Relação entre Livre-Mercado e Desenvolvimento Humano: Possíveis Soluções a partir do Conceito de Capacidades em Amartya Sen. **Direito, Estado e Sociedade**. N. 49 p. 188 a 207 jul/dez 2016.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. Estatísticas. Total Geral de Microempreendedores Individuais. Acumulado Mês/Dia - Inscritos Portal do Empreendedor. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas>> Acesso em: 6 de março de 2018.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. Dúvidas frequentes. O microempreendedor individual – MEI. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/duvidas-frequentes>> Acesso em: 20 de novembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ ALTA. **Perfil socioeconômico Cruz Alta RS**. Gestão 2001/2004.

SAY, Jean Baptiste. **O tratado de economia política**. Tradução: Balthazar Barbosa Filho. São Paulo: Abril Cultura, 1983.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **A teoria do desenvolvimento econômico**. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1997.

SEBRAE. PERFIL DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae. Brasília, 2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento econômico – 5. ed. rev. - São Paulo: Atlas, 2005.

TELLES, Renato; ROCHA, Joyce Silva da; SIQUEIRA, João Paulo de; HOURNEAUX Jr., Flávio; CARDOSO, Sarah Ribeiro. Formalidade ou informalidade? Análise sobre os fatores presentes na decisão do microempreendedor brasileiro. **Revista Alcance**. Eletrônica – vol. 23 – n. 2 – abr./jun. 2016.

UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA. **Manual de normatização da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ**/ Universidade de Cruz Alta. – Cruz Alta: UNICRUZ, 2013.